



**ALIMENTA
CIDADES**

Relatório

**DIAGNÓSTICO
SITUACIONAL
DOS MUNICÍPIOS
PARTICIPANTES
DO I CICLO DA
ESTRATÉGIA
ALIMENTA
CIDADES
(2024-2026)**

*Linha de
Base*



**MINISTÉRIO DAS
CIDADES**

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**



**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família
e Combate à Fome Secretaria Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional

Relatório

Diagnóstico Situacional dos Municípios Participantes do I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026) Linha de Base

Brasília/DF - 2025

COORDENAÇÃO-GERAL DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
(CGSAU/DESAU/SESAN/MDS)

ORGANIZAÇÃO

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Lilian dos Santos Rahal

Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável

Patrícia Chaves Gentil

Coordenação-Geral de Promoção da Alimentação Saudável

Gisele Ane Bortolini

Supervisão-geral

Gisele Ane Bortolini
Patrícia Chaves Gentil
Lilian dos Santos Rahal

Elaboração

Cláudia Roberta Bocca Santos
Lorrana Nascimento Grimes
Mariana Zogbi Jardim
Bruna Pitasi Arguelhes
Gisele Ane Bortolini
Larissa Loures Mendes
Uriel Moreira Silva
Letícia Lopes Vieira
Luana Lara Rocha
Emanuelly Porto Oliveira

Colaboração

Ana Carolina Einsfeld Mattos
Ana Carolina Silva e Souza
Ana Maria Cavalcante de Lima
Andressa Rodrigues Brignol
Ariene Silva do Carmo
Carmem Priscila Bocchi
Diógenes Alencar Bolwerk
Elisa Carvalho Lauer
Felipe Silva Neves
Gabriela Bioni e Silva
Helissa de Oliveira Mendonça Moreira
Kelliane da Consolação Fuscaldi
Jaqueline Lima
Maria de Fátima Cruz Correia de Carvalho
Natália Araújo de Oliveira
Patrícia Chaves Gentil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório diagnóstico situacional dos municípios participantes do I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026) [livro eletrônico] : linha de base / organização Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ; [elaboração Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde]. -- Brasília, DF :

Ed. dos Autores, 2025.

PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-68634-9

1. Alimentação - Obras de divulgação
2. Nutrição - Aspectos da saúde 3. Políticas públicas - Brasil 4. Relatórios 5. Segurança Alimentar e Nutricional, SAN - Brasil I. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

25-300767.0

CDD-361.050981

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança alimentar e nutricional :

Bem-estar social 361.050981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1. INTRODUÇÃO	08
2. METODOLOGIA	10
3. RESULTADOS	14
Eixo 1	14
Eixo 2	22
Eixo 3	23
Eixo 4	24
Eixo 5	27
Eixo 6	29
Eixo 7	32
GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISAN	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
GLOSSÁRIO	40
APÊNDICE	41
ANEXOS	87

Este PDF é interativo!

Clique no número da página para ir ao destino., no nome do documento no topo de cada página para voltar para o sumário e em nos termos “anexo” e “apêndice” no texto para ir para o documento específico.



APRESENTAÇÃO

Esta publicação compõe um conjunto de materiais técnicos que vêm sendo elaborados pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e parceiros no âmbito da Estratégia Alimenta Cidades. A Estratégia é uma ação inovadora que se traduz na convergência de ações para as grandes cidades brasileiras, na perspectiva de contribuir para a redução da insegurança alimentar e nutricional e a garantia do direito humano à alimentação adequada.

A publicação da linha de base do diagnóstico situacional da Estratégia Alimenta Cidades busca dar visibilidade ao panorama da agenda alimentar urbana nas 60 cidades participantes do I ciclo de implementação da Estratégia (2024-2026). Seu principal objetivo consiste na realização de um diagnóstico das ações realizadas para a promoção e o fortalecimento dos sistemas alimentares urbanos nas cidades brasileiras participantes, permitindo ainda a definição de uma linha de base no momento que antecede a implementação da Estratégia, para fins de monitoramento e avaliação.

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome**





1. INTRODUÇÃO

Considerando o contingente populacional que convivia com a insegurança alimentar nas cidades ao final de 2022, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) assumiu o compromisso de propor e coordenar, em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Ministério das Cidades (MCID) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades.

A Estratégia Alimenta Cidades foi instituída por meio do Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023 e tem como objetivo ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos saudáveis, priorizando os territórios periféricos urbanos e populações em situação de vulnerabilidade e risco social, orientando todas as cidades brasileiras em relação à agenda alimentar urbana. De acordo com a Portaria MDS nº 987, de 22 de maio de 2024, são 60 municípios que estão sendo priorizados para apoio técnico e institucional no I ciclo de implementação da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026), contemplando ações induzidas e apoiadas pelo Governo Federal, além de iniciativas que considerem o contexto específico dos territórios, implementadas pelos governos locais.

As 60 cidades foram definidas considerando os seguintes critérios: foram contemplados todos os municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com população acima de 300 mil habitantes, bem como todas as capitais brasileiras. Para as regiões Sul e Sudeste, foram incluídos os municípios com população acima de 300 mil habitantes que figuravam entre os vinte com maior número de pessoas em situação de rua, segundo dados do Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. As cidades participantes estão listadas no **Apêndice 1**.

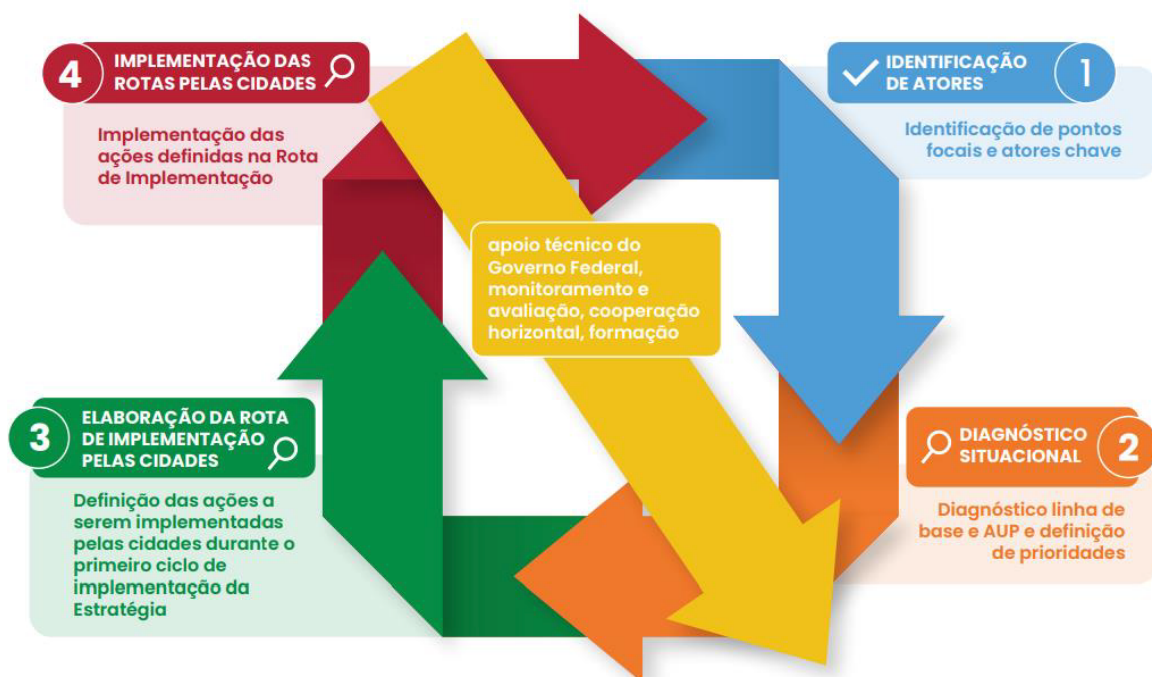
O primeiro momento do processo de implementação da Estratégia Alimenta Cidades consistiu na realização da linha de base do diagnóstico situacional de cada município, realizado pelos pontos focais de cada cidade, de forma a identificar ações e iniciativas da agenda alimentar urbana. Neste contexto, a Sesan/MDS estabeleceu uma parceria com o Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do Termo de Execução

Descentralizada nº 07/2023, tendo como uma das metas realizar estudos para o monitoramento e avaliação da implementação da Estratégia Alimenta Cidades. Foram então coletadas informações com gestores dos municípios participantes do I ciclo da Estratégia Alimenta Cidades para realizar o diagnóstico situacional em relação às ações dos eixos orientadores da Estratégia, descritos no Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, e à governança local.

Além de consistir na linha de base para avaliação da Estratégia, esse diagnóstico subsidiará a definição de prioridades e o estabelecimento de um conjunto de ações a serem descritas em uma Rota de Implementação, elaborada pela gestão local com o apoio dos Estados, Governo Federal e Instituto Comida do Amanhã, parceiro de implementação da Estratégia Alimenta Cidades, para execução em três anos (2024-2026), conforme previsto no Manual de implementação da Estratégia Alimenta Cidades, intitulado “Elementos-chave sobre sistemas alimentares urbanos e orientações para implementação da estratégia alimenta cidades pelos governos locais”, disponível na homepage do MDS (Figura 1). Após a elaboração da Rota de Implementação, as ações definidas são implementadas.

Figura 1. Etapas de implementação da Estratégia Alimenta Cidades.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO CICLO I: 2024-2026



Fonte: Manual de implementação da Estratégia Alimenta Cidades.

2. METODOLOGIA

O questionário utilizado neste diagnóstico foi construído com base em uma abordagem participativa, envolvendo pesquisadores do GEPPAAS e gestores das áreas técnicas do MDS (Apêndice 2). Para isso, foi realizado um mapeamento das principais ações a serem fomentadas e seus respectivos indicadores em cada um dos oito eixos da Estratégia Alimenta Cidades, conforme estabelecido no Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, e detalhado no Manual de Implementação da Estratégia Alimenta Cidades supracitado (MDS, 2025). Com base nesses indicadores, foram elaboradas as perguntas do questionário, de maneira a abranger todos os oito eixos da Estratégia, além de indicadores relacionados à governança das ações de segurança alimentar e nutricional, tendo como uma das referências as perguntas que foram realizadas no âmbito do Mapa SAN (MDS, 2023).

Antecedendo o início da coleta de informações relativas ao diagnóstico situacional, foi realizada reunião técnica online com representantes das cidades¹ participantes, na qual foram discutidos os seguintes pontos: desenho previsto para o diagnóstico situacional, propósito de sua realização e como seria o processo de coleta das informações. Foi ratificada a importância da realização do diagnóstico situacional para orientar a elaboração da rota de implementação pelas cidades e para o monitoramento e avaliação da Estratégia Alimenta Cidades.

Após esta reunião, a equipe de pesquisadores contatou os pontos focais dos municípios por telefone para agendamento da coleta dos dados. Em seguida, foi enviado o Manual do Diagnóstico aos entrevistados (Apêndice 3), validado pela Sesan/MDS, para que os pontos focais tivessem conhecimento prévio das questões a serem abordadas e pudessem coletar as informações necessárias antes do encontro, articulando os setores e as secretarias da administração municipal necessários.

As entrevistas, realizadas por meio da plataforma Google Meet, tiveram a duração média de uma hora, sendo conduzidas por um pesquisador e um relator do GEPPAAS e acompanhadas por um representante

¹ Após o I Encontro Nacional da Estratégia Alimenta Cidades, ocorrido em maio de 2024, que demarcou o momento inaugural de implementação da referida Estratégia, os municípios foram convidados a identificar os pontos focais (pessoas de referência da equipe técnica do poder público com as quais a equipe de gestão da Estratégia Alimenta Cidades do MDS irá se comunicar) e atores-chave (secretarias, órgãos, conselhos e outros atores sociais que precisariam ser envolvidos no processo de diagnóstico situacional do município e de construção da Rota de Implementação da Estratégia Alimenta Cidades). Tanto pontos focais quanto atores-chave informados foram convidados, por e-mail, a participar da reunião técnica sobre o diagnóstico situacional.

do MDS. No início das entrevistas, os pontos focais concordaram em participar e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido online (Anexo 1) por meio do Google Forms. O diagnóstico foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, sob parecer (CAAE: 79173024.3.0000.5149) (Anexo 2).

Participaram das entrevistas, realizadas entre os meses de julho a novembro de 2024 no formato online, gestores de todos os municípios que são referências técnicas da Estratégia Alimenta Cidades, com exceção de Uberlândia/MG, cuja coleta de dados foi realizada em março de 2025, momento no qual a cidade iniciaria as atividades relativas à implementação da Estratégia em seu território.

Durante as entrevistas, foram respondidas as questões de todos os eixos de ação da Estratégia, com exceção do Eixo VIII – Apoio à Rede Urbana de Alimentação Saudável (Ruas), dado que a Ruas, no momento da entrevista, não havia sido instituída (Apêndice 2). Além disso, foram incluídas questões sobre a governança do Sisan e coletados o endereço de funcionamento de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EqSAN). Informações complementares indicadas pelos pontos focais no momento da coleta dos dados foram registradas em diário de campo.

Foram mapeados: cozinhas solidárias (iniciativa da sociedade civil); cozinhas comunitárias (iniciativa do poder público); restaurantes populares; equipamentos públicos de distribuição e doação de alimentos; equipamentos públicos de oferta e comercialização de alimentos em funcionamento; feiras livres convencionais; feiras livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica, e mercados públicos ou populares mantidos pela prefeitura (Apêndice 4).

Foram realizadas análises descritivas, com o cálculo de frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas, bem como das médias e respectivos desvios-padrão para as variáveis quantitativas.

Para a obtenção das informações sobre a existência e a qualidade dos atos normativos vigentes que regulamentam a comercialização e a publicidade de alimentos no ambiente escolar, além da coleta dos dados junto aos pontos focais conforme anteriormente apontado, foi realizada uma consulta de homepages dos governos municipais das capitais e dos estados brasileiros. Para avaliação da qualidade das medidas regulatórias, os dispositivos legais receberam uma pontuação segundo critérios propostos por Rocha et al. (2023). Estes critérios avaliam se as medidas regulatórias cumprem com a função de promover uma alimentação sustentável, adequada e saudável no ambiente escolar, e compreendem os seguintes domínios: (1) Educação Alimentar e Nutricional; (2) Distribuição e Comercialização de Alimentos; (3) Comuni-

cação de Marketing; e (4) Pontos de excelência: supervisão e controle social, se a abrangência da medida regulatória inclui escolas privadas, força da medida regulatória (se é uma lei ou se é uma lei e regulamentada por decreto) e se a medida proíbe alimentos ultraprocessados.

É obtido um escore para os atos normativos que varia de 0 a 12, sendo que aqueles que obtiveram entre 8 e 12 pontos são classificados como “cumprem com a função de promover uma alimentação sustentável e saudável”. Cabe destacar que esses critérios estão alinhados com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, cujo processo de apoio técnico para implementação nos Estados e nas 60 cidades participantes do I ciclo da Estratégia é uma das ofertas do Governo Federal no âmbito da Alimenta Cidades.





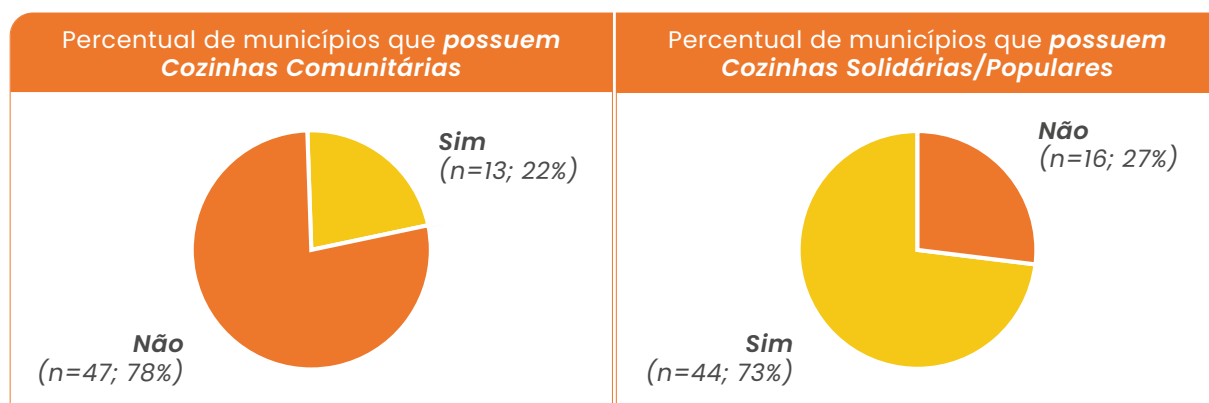
3. RESULTADOS

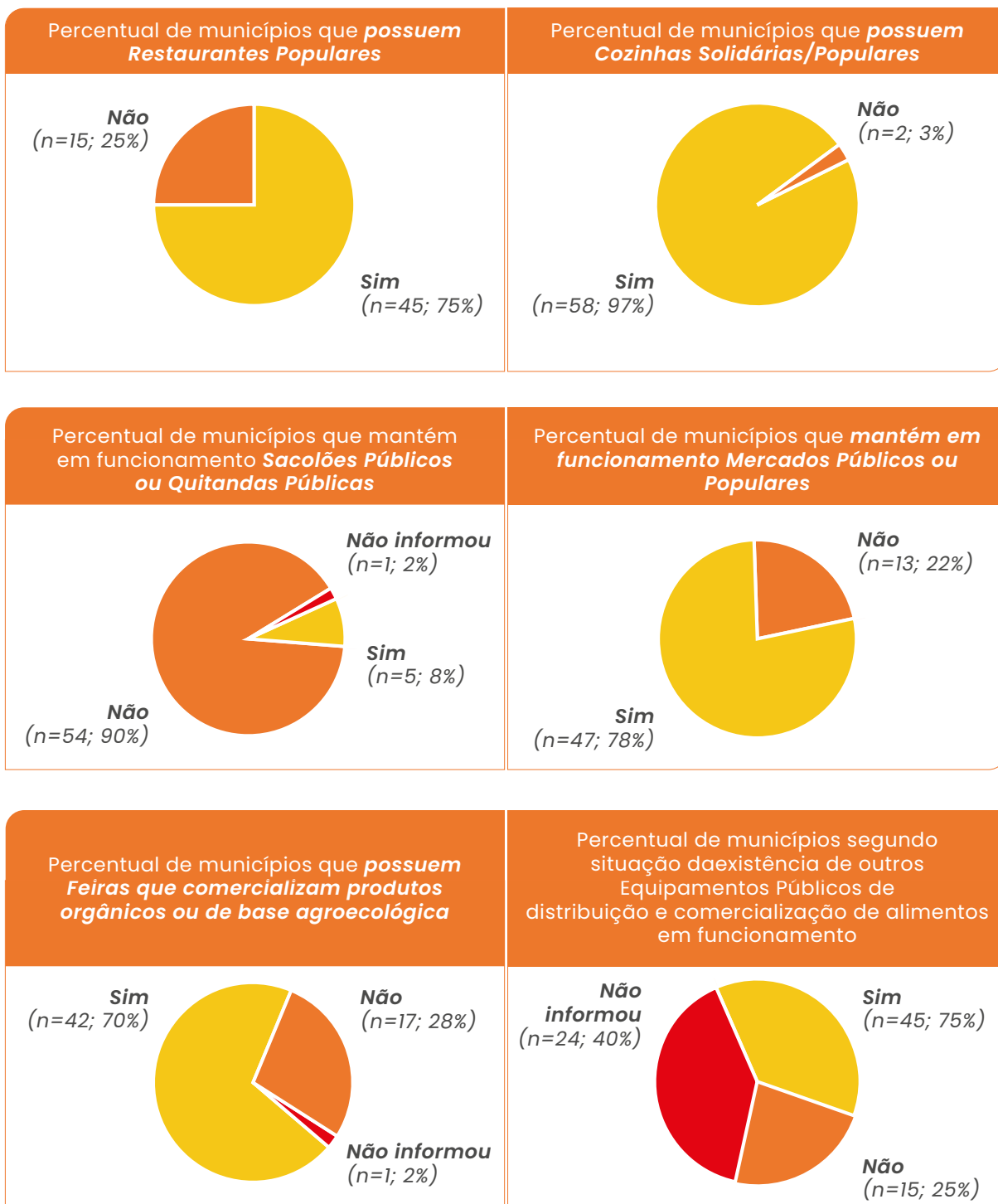
A elaboração do diagnóstico sobre a agenda alimentar urbana dos municípios que integram a Estratégia Alimenta Cidades é fundamental para compreender os desafios e avanços na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) nesses locais. Esse diagnóstico permite uma análise integrada das condições locais, identificando fragilidades, potencialidades e ações prioritárias. Além disso, possibilita o compartilhamento de experiências entre os municípios, fortalecendo a construção de soluções conjuntas e orientando estratégias mais eficazes para sua implementação. Os resultados compilados das 60 cidades estão apresentados a seguir, de acordo com os eixos do Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, que instituiu a Estratégia Alimenta Cidades.

Eixo 1 - Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional.

Observou-se que aproximadamente um quarto dos municípios indicaram possuir cozinhas comunitárias (22%), três quartos possuem cozinhas solidárias (73%), restaurantes populares (75%) e mercados públicos ou populares (78%). Além disso, quase a totalidade referiu possuir feiras livres convencionais (97%). Mais da metade dos municípios revelou possuir feiras que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica (70%). No entanto, menos da metade dispunha de outros equipamentos públicos de distribuição e comercialização de alimentos (37%), possuir cozinhas comunitárias (22%) e sacolões públicos ou quitandas públicas (8%) (Figura 2).

Figura 2. Distribuição dos municípios da Estratégia Alimenta Cidades segundo a existência de equipamentos de segurança alimentar e nutricional. 2024.





No conjunto dos municípios da Estratégia Alimenta Cidades, foi observada uma quantidade média de 47,3 feiras livres convencionais, 6,8 feiras que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica, 5,9 mercados públicos ou populares, 22,7 cozinhas solidárias, 10 cozinhas comunitárias e 3,5 restaurantes populares (Tabela 1).

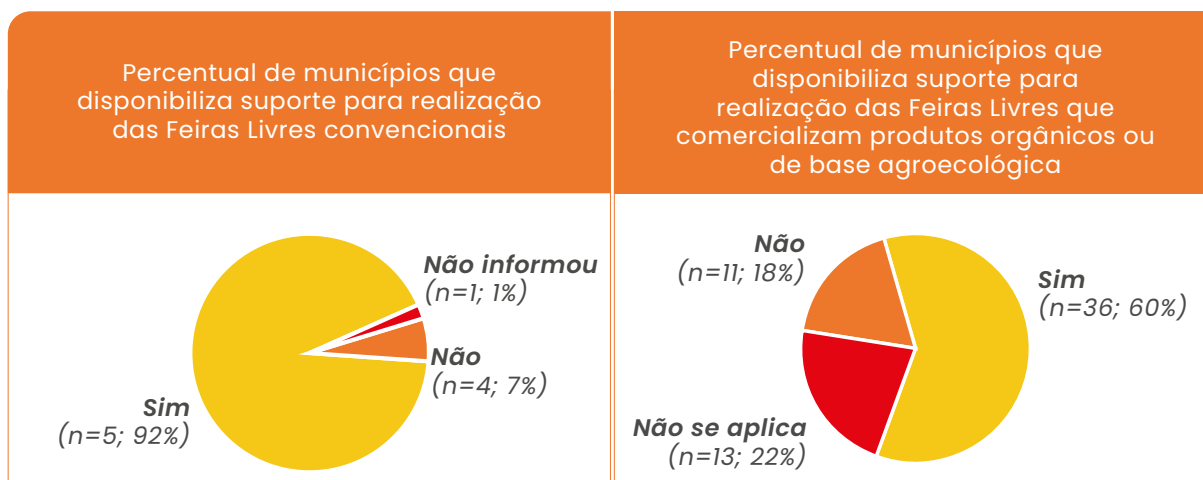
Tabela 1. Médias, valores mínimos e máximos, e somatório da quantidade de equipamentos de segurança alimentar e nutricional nos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades. 2024.

Equipamentos	Média	Mínimo	Máximo	Soma
Feiras livres convencionais	47,3	1	955	2.697
Feiras que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica	6,8	1	61	278
Mercados públicos ou populares	5,9	1	38	276
Cozinhas comunitárias	10,0	1	65	131
Cozinhas solidárias/ populares	22,7	1	276	934
Restaurantes populares	3,5	1	22	158

Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024–2026)”.

No que se refere ao suporte oferecido para a implementação de equipamentos públicos e sociais de SAN, observou-se que a quase totalidade dos municípios que dispõem de feiras livres convencionais relatou fornecer apoio para sua realização (92%). De forma semelhante, 60% dos municípios informaram também disponibilizar suporte para a realização de feiras livres voltadas à comercialização de alimentos orgânicos ou oriundos de sistemas de base agroecológica (Figura 3).

Figura 3. Distribuição dos municípios da Estratégia Alimenta Cidades segundo a existência de equipamentos de segurança alimentar e nutricional. 2024.



Em termos proporcionais, a região Sudeste lidera na quantidade da maioria dos EqSAN, correspondendo a cerca de um terço do total das feiras, cozinhas solidárias, restaurantes populares e outros equipamentos públicos de comercialização de alimentos. Observou-se que 38,3% dos mercados públicos ou populares e 46,1% das cozinhas comunitárias relatados se concentram na região Nordeste. Adicionalmente, 60% dos sacolões públicos e quitandas públicas estão na região Sul. Na região Norte, observou-se a presença de quase todos os EqSAN, exceto os sacolões públicos ou quitandas públicas (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos EqSAN dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades por macrorregião. 2024.

Equipamento de segurança alimentar e nutricional (%)	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Feiras livres convencionais	60	96,7	12,1	29,3	15,5	32,8	10,3
Feiras que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica	5,9	71,2	9,5	28,6	21,4	33,3	7,2
Mercados Públicos ou Populares	60	78,3	14,9	38,3	14,9	23,4	8,5
Cozinhas comunitárias	60	21,7	15,4	46,1	7,7	30,8	0
Cozinhas solidárias/ populares	60	73,3	15,9	27,3	20,4	29,6	6,8
Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas	59	8,5	0	0	60	40	0
Restaurantes Populares	60	75	11,1	24,4	17,8	35,6	11,1
Outros Equipamentos Públicos de Distribuição e Comercialização de Alimentos em funcionamento*	37	62,16	17,4	26,1	8,7	34,8	13

*23 municípios não sabiam responder. **Fonte:** “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)”.

De modo geral, os municípios participantes da Estratégia relatam fornecer os seguintes suportes: apoio logístico, organização, segurança, capacitação e manutenção dos espaços. O Quadro 1 apresenta as percepções dos pontos focais sobre os tipos de suporte disponibilizados para a realização das feiras livres convencionais nos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades.

Quadro 1. Tipo de suporte mencionado pelos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades para realização das Feiras Livres convencionais. 2024.

Síntese das respostas quanto ao tipo de suporte para a realização das feiras livres convencionais	
TIPO DE SUPORTE	EXEMPLOS DE RESPOSTA
Apoio logístico e infraestrutura	"A gestão atual disponibilizou 272 kits de horta para os feirantes de Rio Branco, com lona, mangueira, caixa d'água, caixas vazadas, calcário, mecanização e equipe técnica para auxílio"
	"Fornecimento de barracas, portas luzes, crachás, uniformes, aventais, placas, cones refletores, funcionários exclusivos operacionais e técnicos"
Organização	"O município atua na regulamentação dos espaços ocupados pelos feirantes, adotando medidas de política administrativa para a padronização dos serviços e disciplina de suas atividades"
	"Licitação com apoio logístico da prefeitura, coordenadores (servidor da prefeitura) para instalação das feiras, fiscalização, guarda municipal, banheiros para o público e zeladoria (Programa Boniteza)"
Segurança e fiscalização	"Credenciamento dos feirantes, quantidade suficiente de barracas, fiscalização, higienização do ambiente, presença de guarda municipal, secretaria do meio ambiente e fiscalização do trabalho infantil"
	"Dispõe de fiscais e fornece o espaço de comercialização na rua, mediante o pagamento de uma taxa de alvará anual"
Capacitação	"Os feirantes são empresários MEI e têm acesso aos cursos do Sebrae/Uniten"
	"Gestão e seleção dos feirantes, organização dos feirantes em grupos, distribuição no município, exigência de documentos e curso de boas práticas"
	"Treinamento de boas práticas para os feirantes"
Manutenção dos espaços e sustentabilidade	"A prefeitura fornece caminhões de coleta de lixo exclusivos para resíduos orgânicos da feira e incentiva a separação de materiais recicláveis, além de promoção de ações para redução de resíduos de alimentos"
	"Há um programa de parceria entre feirantes e cooperativas para reaproveitamento de alimentos que não serão comercializados, garantindo uma destinação sustentável e socialmente responsável"
	"Suporte na estrutura dos locais, suficiente de energia, água e materiais higiênicos"
	"Setorização das bancas, limpeza do local e treinamento de boas práticas para os feirantes"

Fonte: "Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)".

Quanto ao suporte para a realização das feiras livres que comercializam produtos orgânicos, os pontos focais dos municípios participantes da Estratégia mencionam a oferta de apoio logístico, qualificação, regulamentação e fiscalização, além de suporte à sustentabilidade e à produção local. O Quadro 2 detalha esses tipos de suporte.

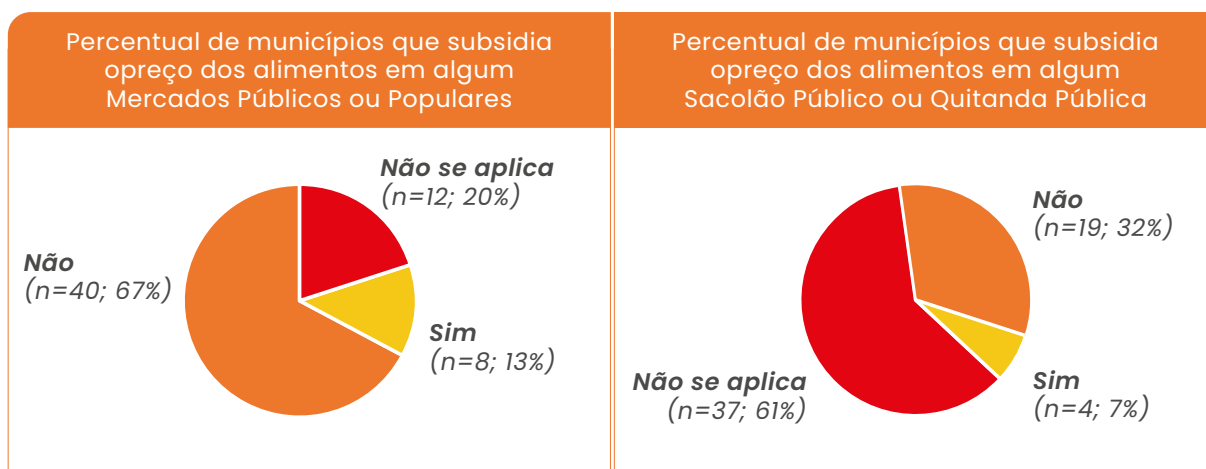
Quadro 2. Tipo de suporte mencionado pelos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades para realização das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica. 2024.

Síntese das respostas quanto ao tipo de suporte para a realização das feiras livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica	
TIPO DE SUPORTE	EXEMPLOS DE RESPOSTA
Apoio logístico e infraestrutura	"Cadastro para ocupação das unidades de abastecimento do município, oferecimento de barracas"
	"Fornecimento de barracas, portas, luzes, crachás, uniformes, aventais, placas, cones (refletores), funcionários exclusivos operacionais e técnicos"
	"Ônibus para as feiras, expositores, tenda, toda infraestrutura logística"
Organização e capacitação	"Cursos de boas práticas para produtores que comercializam produtos da agroindústria"
	"Assessoria técnica para os feirantes, apoio logístico (local e licenciamento) para outras feiras"
Segurança e fiscalização	"Secretaria de Desenvolvimento Econômico faz a organização, orientação, carteirinha dos feirantes, biosegurança"
	"Fiscalização da prefeitura e coordenação de feiras"
	"Legislação própria para feiras de produtos orgânicos"
Manutenção dos espaços e sustentabilidade	"Promovendo a aproximação dos consumidores dos produtores e produtos locais e preservando os espaços rurais"
	"Estrutura (casinhas - onde ocorrem as feiras), além disso, a feira fica em um polo destinado para comercializar apenas produtos orgânicos."
	"Secretaria de desenvolvimento economia solidária"

Fonte: Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)".

Dos municípios que referiram possuir mercados públicos ou populares ou sacolão públicos ou quitandas públicas, apenas 13% e 7% respectivamente, referiram subsidiar o preço dos alimentos desses equipamentos (Figura 4).

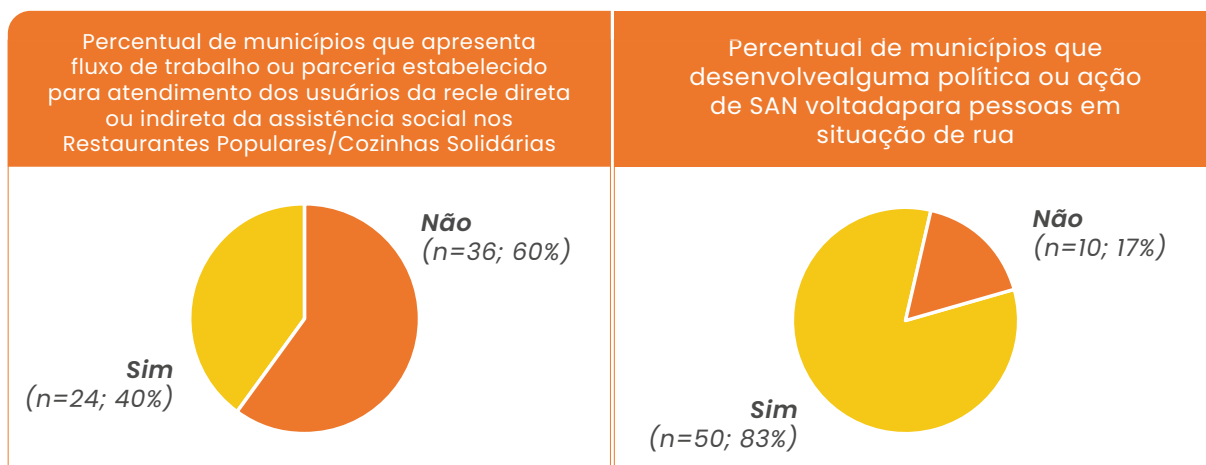
Figura 4. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo o subsídio no preço dos alimentos nos equipamentos de segurança alimentar e nutricional. 2024.



De acordo com os pontos focais municipais, em 40% dos municípios, havia fluxo de trabalho ou parceria direta para atender os usuários dos Restaurantes Populares ou Cozinhas Solidárias, e 83% dos municípios desenvolvem alguma política ou ação de segurança alimentar e nutricional voltada para pessoas em situação de rua (Figura 5).

Entre os municípios que possuem restaurantes populares, 23% referiram oferecer preços diferenciados para grupos sociais específicos, como pessoas em situação de rua, beneficiários do Programa Bolsa Família, famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), crianças, idosos, desempregados, indígenas, quilombolas, entre outros. Além disso, quase todos os municípios realizam doações de alimentos ou concedem benefícios na forma de cestas de alimentos (industrializados, em grãos ou in natura) ou oferecem auxílio pecuniário diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional (InSAN), abrangendo 88% dos casos.

Figura 5. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo o fluxo de trabalho para atendimento dos usuários da assistência social em EqSAN e focalização em população em situação de rua. 2024.



O Quadro 3 apresenta as principais respostas para o tipo de suporte disponibilizado pelos municípios para políticas ou ações de SAN voltadas para pessoas em situação de rua. Os pontos focais relataram, em geral, apoio na distribuição de alimentos e refeições gratuitas, ações voltadas à proteção social e atendimento especializado.

Quadro 3. Políticas ou ações de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para pessoas em situação de rua, mencionados pelos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades. 2024.

Síntese das respostas quanto ao tipo de proteção social disponibilizado pelos municípios para políticas ou ações de SAN voltadas para pessoas em situação de rua	
TIPO DE PROTEÇÃO SOCIAL	EXEMPLOS DE RESPOSTA
Distribuição de alimentos e refeições gratuitas	"Programa de Assistência Alimentar que atende à população de rua (entidades do SUAS ou conveniadas), gratuidade em restaurantes populares e cozinhas comunitárias"
	"Distribuição de refeições prontas para pessoas em situação de rua [...] gratuidade para a população em situação de rua nos Restaurantes Comunitários [...] a população em situação de rua que frequenta os Centros POP recebe quatro refeições por dia"
	"Projeto Mesa Solidária, Escolas de Segurança Alimentar e Nutricional, Restaurante Popular de forma gratuita, Centro POP, FAS SOS, Hotéis Sociais (SMDT), Casas de passagem" "Nos abrigos municipais, centro POP, Projeto Bora Petrolina, CRAS nas comunidades, envio de alimentos do PAA para as pessoas em situação de rua"
	"Empregabilidade, Cozinhas comunitárias (que atendem essa população por estar localizada nas áreas em que elas estão presentes), Centro de convivência de pessoas em situação de rua"
Manutenção dos espaços e sustentabilidade	"Centro POP (distribuição de refeições, orientação psicossocial, higiene, etc) e Casa de Acolhimento)"
	"Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias (PAEFI) - oferta de atendimento e acompanhamento às famílias que tiveram crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, que vivenciaram manifestados de direitos [...], serviço Especializado para pessoas em situação de rua, Centro POP, serviço de Abordagem Social, e Serviços de Acolhimento [...] no Inverno é realizada a Operação Noite Fria exposta para o Acolhimento de pessoas em situação de rua durante os dias mais frios do ano"
	"Centro POP, Albergue, Acolhimento para pessoas em situação de rua, Acolhimentos e Hortas para consumo dessas pessoas, Centros de referência de população de rua, Acolhimento para adultos, idosos e crianças"
	"Casa abrigo para mulheres: vítimas de algum tipo de violência podem permanecer o tempo necessário e Centro POP"

Serviços e programas voltados para pessoas em situação de rua

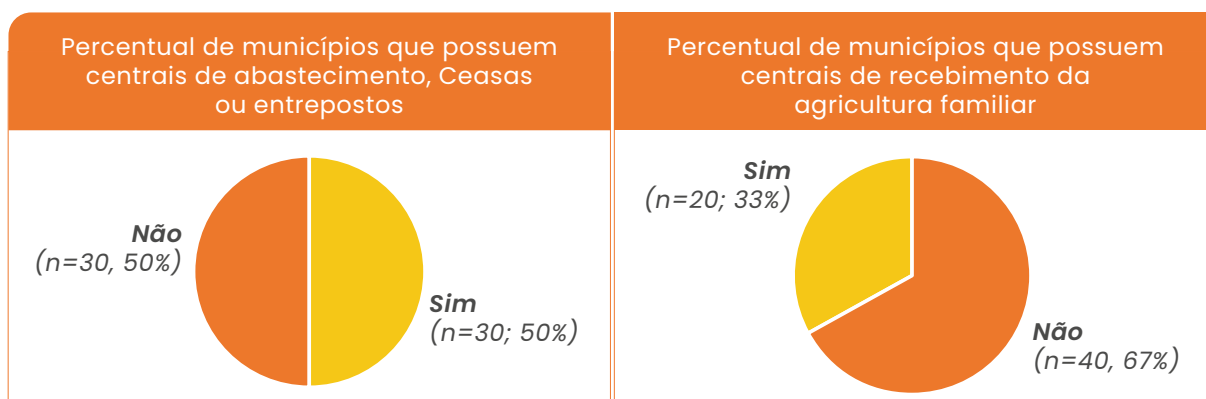
“Dentro das unidades, orientações em EAN, ações de distribuição de alimentos para esse público, Centro POP, Serviço de abordagem social”

Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024–2026)”.

Eixo 2 - Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de abastecimento.

Aproximadamente metade dos municípios referiu possuir centrais de abastecimento, Ceasas ou entrepostos (50%) e um terço, centrais de recebimento da agricultura familiar (33%) (Figura 6).

Figura 6. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades que indicaram possuir centrais de abastecimento e centrais de recebimento da agricultura familiar. 2024.



Em termos proporcionais, para as centrais de abastecimento, observa-se uma maior concentração nos municípios do Sudeste (30%), seguido pelo Sul (26,6%) e pelo Nordeste (16,7%). A menor participação é encontrada nas regiões Norte e Centro-Oeste, ambas com 16,7%. No caso das centrais de recebimento da agricultura familiar, os dados indicam que a maior representatividade está no Sul e no Sudeste, com 20% cada (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição da oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo macrorregião. 2024.

Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis	Número de municípios	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Municípios que dispõem de centrais de abastecimento, Ceasas ou entrepostos (%)	60	50	10	30	16,7	26,6	16,7
Municípios que possuem centrais de recebimento da agricultura familiar (%)	60	33,3	20	30	15	20	15

Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024–2026)”.

Eixo 3 - Promoção de ambientes alimentares urbanos que favoreçam a alimentação adequada e saudável.

O percentual de municípios e estados que referiram possuir lei que regulamenta a comercialização de alimentos no ambiente escolar foi de 45% e 85%, respectivamente (Figura 7 e 8). A mediana do escore de avaliação das leis, tanto municipais quanto estaduais, que regulamentam o ambiente escolar foi de 4. Apenas 22% dos atos normativos municipais e 13% dos atos normativos estaduais obtiveram escore entre 8 e 12 pontos.

Figura 7. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades que possuem regulamentação para comercialização de alimentos no ambiente escolar. 2024.

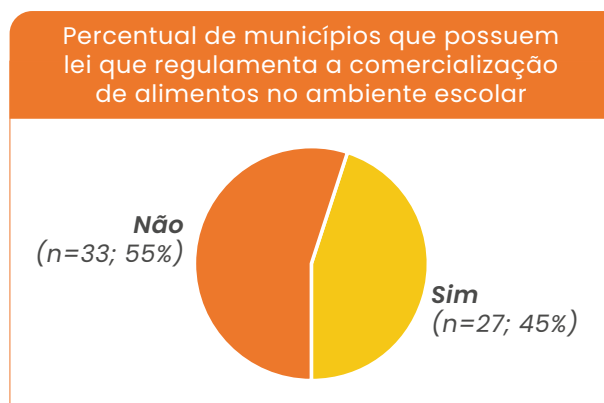
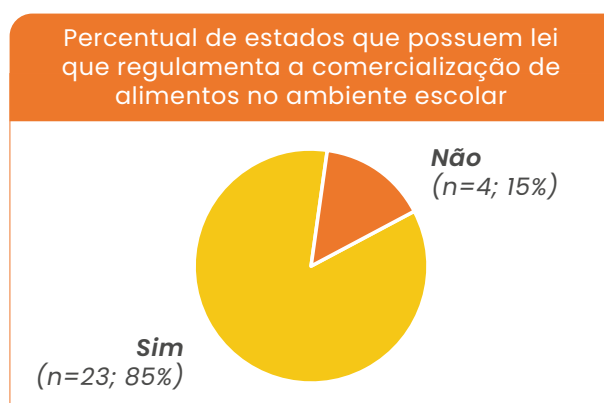


Figura 8. Distribuição dos estados participantes da Estratégia Alimenta Cidades que possuem regulamentação para comercialização de alimentos no ambiente escolar. 2024.

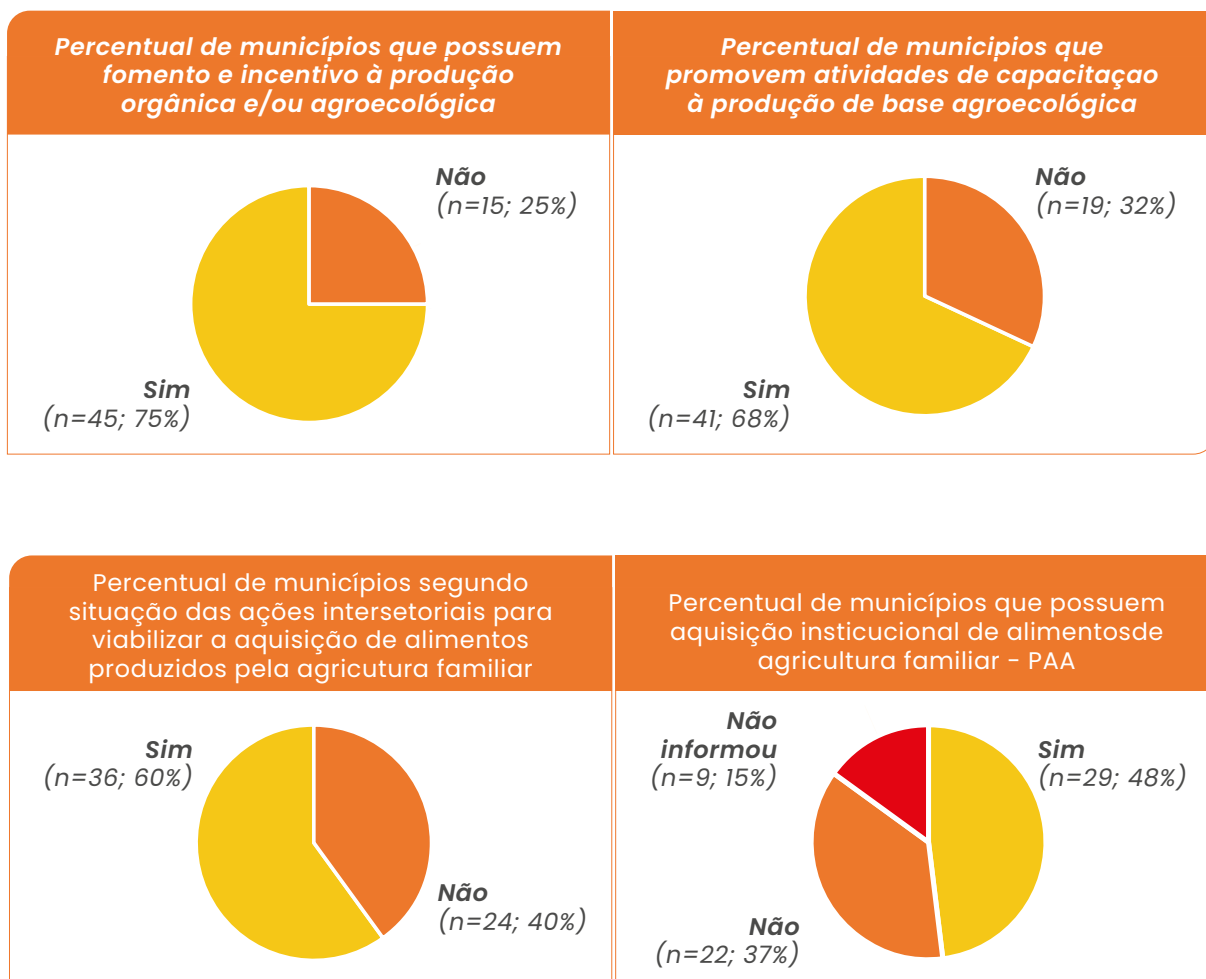


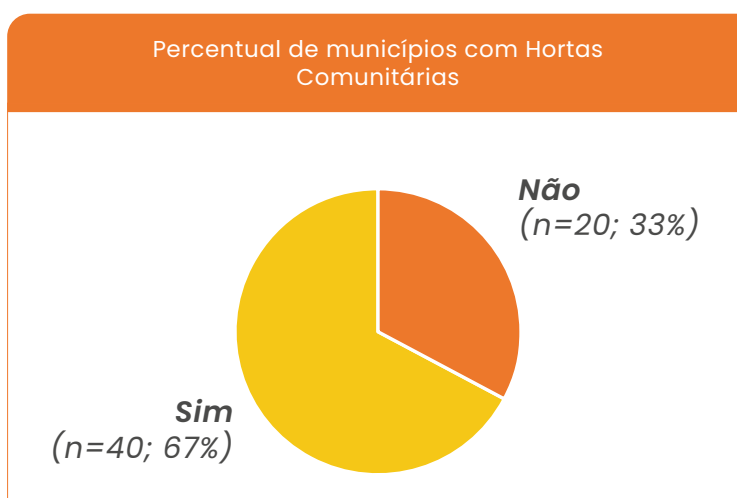
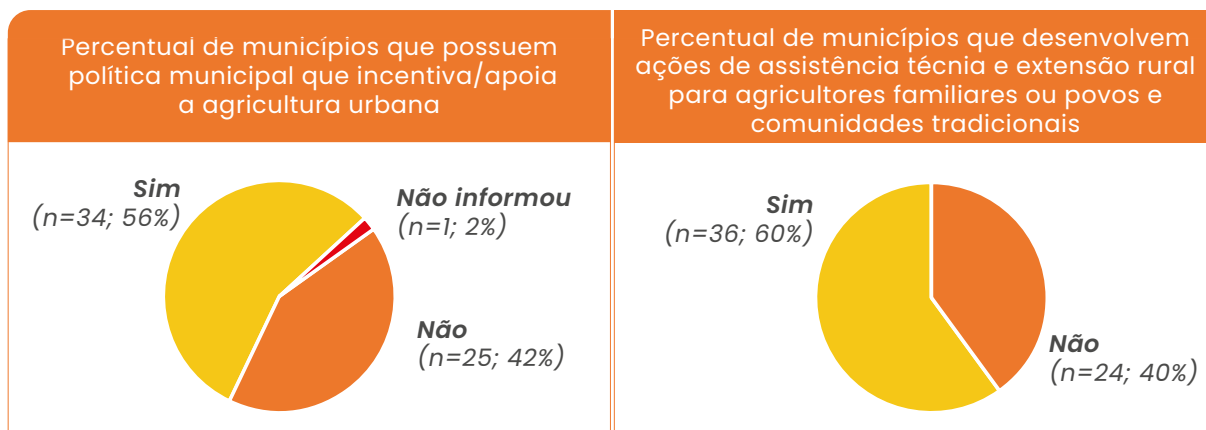
Verificou-se, naquele momento, que os estados de Alagoas, Amapá, Pará e Mato Grosso do Sul não dispunham de regulamentação referente à comercialização de alimentos no ambiente escolar.

Eixo 4 - Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno.

Três quartos dos municípios referiram promover o fomento e o incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica (75%) e mais da metade indicou realizar atividades de capacitação voltadas à produção de base agroecológica (68%). Além disso, 60% dos municípios relataram desenvolver ações intersetoriais para viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, e 48% contam com programas de aquisição institucional de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Destaca-se que, segundo os pontos focais, 56% dos municípios possuem políticas municipais voltadas ao incentivo da agricultura urbana, enquanto 60% realizam ações de assistência técnica e extensão rural direcionadas a agricultores familiares ou comunidades tradicionais. Observou-se que 67% dos municípios contam com hortas comunitárias (Figura 9).

Figura 9. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo características dos programas e ações de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. 2024.





A média de hortas presentes nos serviços de saúde foi de 16,1, com valores oscilando entre municípios com ausência de hortas a outro com 182 hortas. Já nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), constatou-se uma média de 4,2 hortas, com variação de 0 a 75 (Tabela 4).

Tabela 4. Médias, valores mínimos e máximos e somatório da quantidade total de hortas institucionais nos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades. 2024.

Equipamentos	Média	Mínimo	Máximo	Soma
Número de serviços de saúde no município que possuem hortas	16,1	0	182	452
Número de Centros de Referência de Assistência Social no município que possuem hortas	4,2	0	75	231

Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)”.

Proporcionalmente, as hortas apresentam uma maior concentração nos serviços de saúde nos municípios do Sudeste (17,9%). Já os CRAS no Centro Oeste registram a maior presença de hortas (16,2%). Além disso, o Sudeste lidera em percentual de hortas comunitárias, representando 35% do total (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição de hortas nos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo macrorregião. 2024.

Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis	Total (%)	Região (%)				
		Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Número de Serviços de Saúde no município que possuem hortas (média) ^a	8,2	2,0	1,5	7,8	17,9	4,2
Número de Centros de Referências de Assistência Social no município que possuem hortas (média) ^b	4,2	0,6	2,2	6,1	3,1	16,2
Percentual de municípios com hortas comunitárias (%) ^c	74,1	10	20	22,5	35	12,5

Nota: ^a refere-se a 55 municípios; ^b refere-se a 55 municípios; e ^c refere-se a 54 municípios.

Fonte: "Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)".

O Quadro 4 apresenta as principais respostas sobre as ações reportadas pelos municípios para ocupar terrenos vazios com agricultura urbana e periurbana. Destacam-se suportes como políticas, implementação de hortas comunitárias, parcerias e diagnóstico para identificação das áreas.

Quadro 4. Ações para ocupar terrenos vazios com agricultura urbana e periurbana mencionados pelos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades. 2024.

Ações para ocupar terrenos vazios com agricultura urbana ou periurbana	
TIPO DE SUPORTE	EXEMPLOS DE RESPOSTA
Instrumentos normativos	"O município tem seguido o Decreto 18385/2023, que garante o acesso a áreas públicas por meio de fomento à agricultura urbana. Também utilizamos a Lei nº 9.424/2023 – Plantando Saúde, para regularizar o uso dos terrenos"
	"Utilizamos o Decreto 22261/2023, que regulamenta o uso de áreas públicas para ações de fomento à produção primária no município. Essa política garante a integração entre agricultores e o poder público"

TIPO DE SUPORTE	EXEMPLOS DE RESPOSTA
Instrumentos normativos	"O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP prevê o cadastro de áreas públicas e privadas para agricultura, com o decreto regulamentador em revisão no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável"
Implementação de hortas comunitárias	"Hortas como a Unidade Produtiva Comunitária Sapucaí II e a Horta no bairro Santa Tereza são exemplos de ocupação de áreas ociosas por meio de iniciativas comunitárias"
	"Iniciativas como o Parque Linear dos Carajás e as hortas da Associação Comunitária Perobas são exemplos de como terrenos desocupados podem ser transformados em espaços produtivos"
Parcerias	"Firmamos parcerias com a Enel para usar terrenos sob as linhas de transmissão e mobilizamos associações de moradores para engajar a comunidade local nas hortas"
	"As associações de moradores desempenham um papel fundamental, como no caso da Associação Comunitária Bernardo Monteiro, que atua na implementação e manutenção das hortas"
Diagnóstico	"Realizamos o mapeamento de terrenos vazios, identificando espaços adequados para agricultura urbana, como no Programa Minhoca na Cabeça, que também promove a compostagem"
	"A secretaria técnica realiza mapeamento de terrenos ociosos e avalia sua adequação para uso agrícola. Essa etapa garante que áreas com potencial produtivo sejam priorizadas"
	Programas como o Minhoca na Cabeça utilizam compostagem de resíduos vegetais e restos de poda para preparar a terra e otimizar o uso dos terrenos identificados"

Fonte: "Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)".

Eixo 5 - Redução das perdas e desperdícios de alimentos.

Observou-se que 55% dos municípios indicaram possuir bancos de alimentos (Figura 10). Entre os municípios que possuem este equipamento, as principais fontes de doações foram de outras procedências e da rede varejista (79%), seguidas pelas centrais de abastecimento (Ceasas), com 52% (Figura 11). Os principais beneficiários das doações realizadas pelos bancos de alimentos foram associações beneficentes (64%) e outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil (58%).

Figura 10. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo bancos de alimentos. 2024.

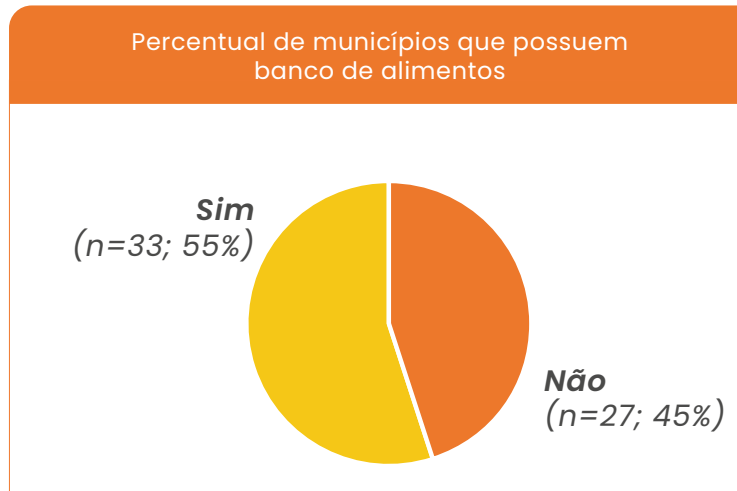
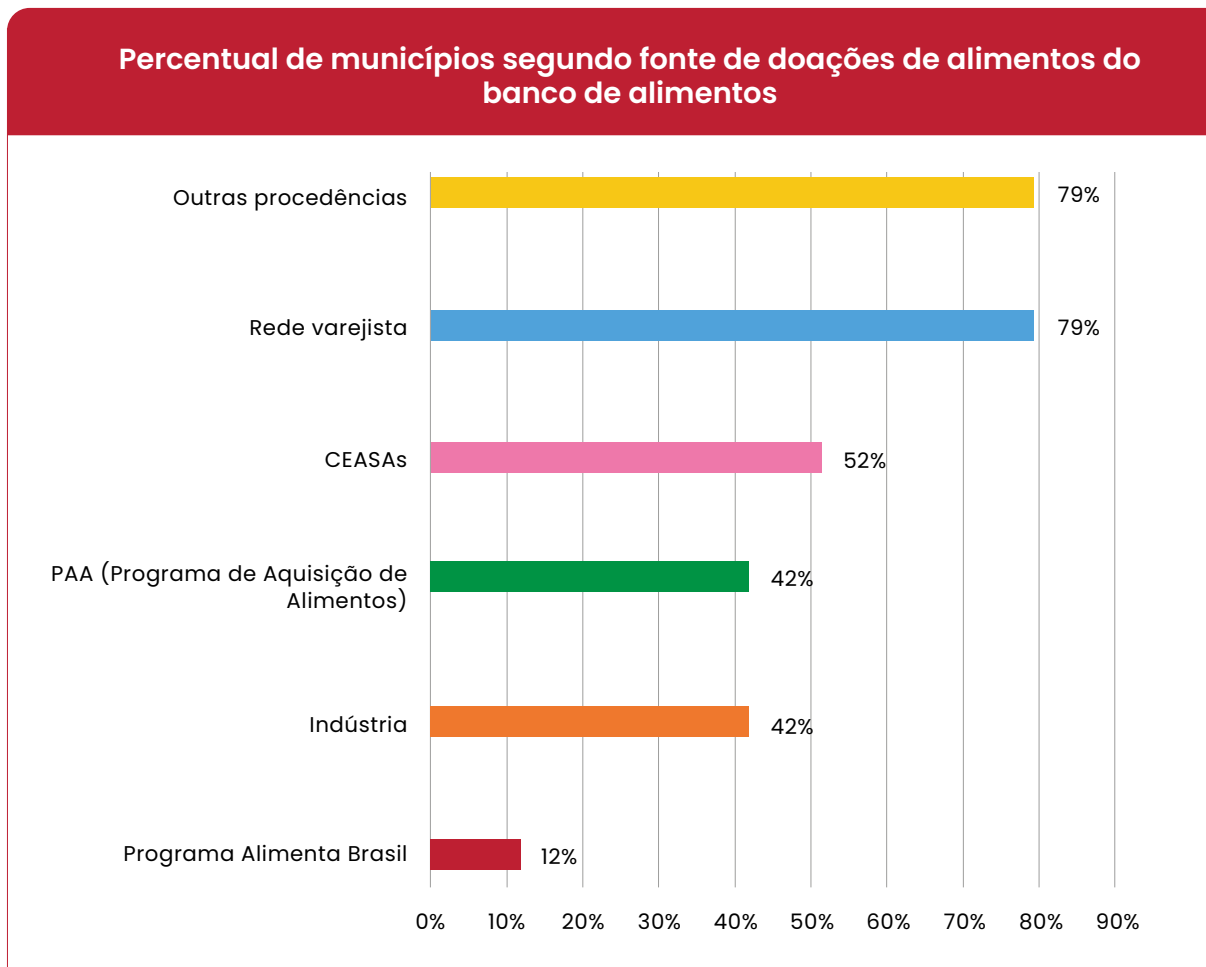
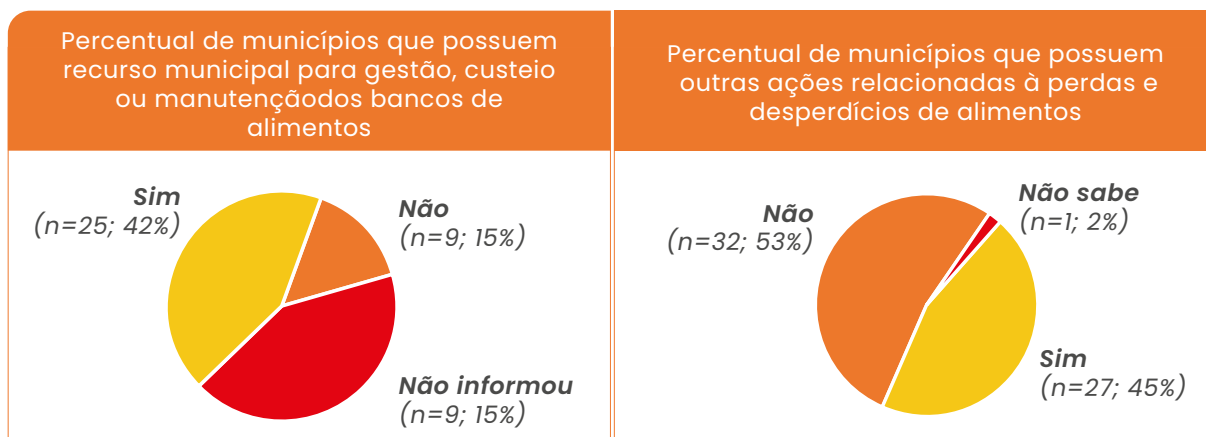


Figura 11. Percentual de municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo a fonte de doação de alimentos e os beneficiários das doações do banco de alimentos. 2024.



Observou-se que 45% dos municípios indicaram realizar outras ações voltadas à redução de perdas e desperdício de alimentos. Ademais, 42% dos municípios relataram dispor de recursos municipais destinados à gestão, custeio ou manutenção dos bancos de alimentos (Figura 12).

Figura 12. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo ações para perdas e desperdícios de alimentos e recursos municipais para a gestão dos bancos de alimentos. 2024.

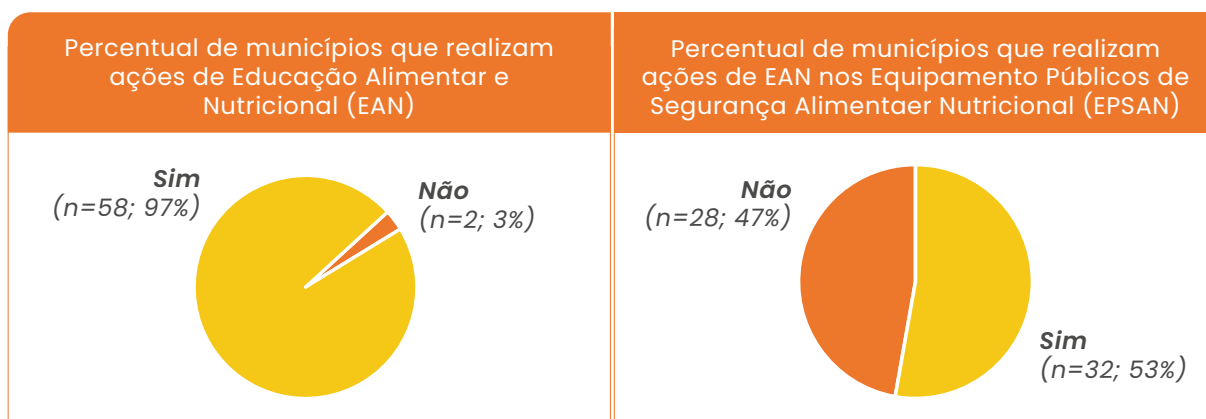


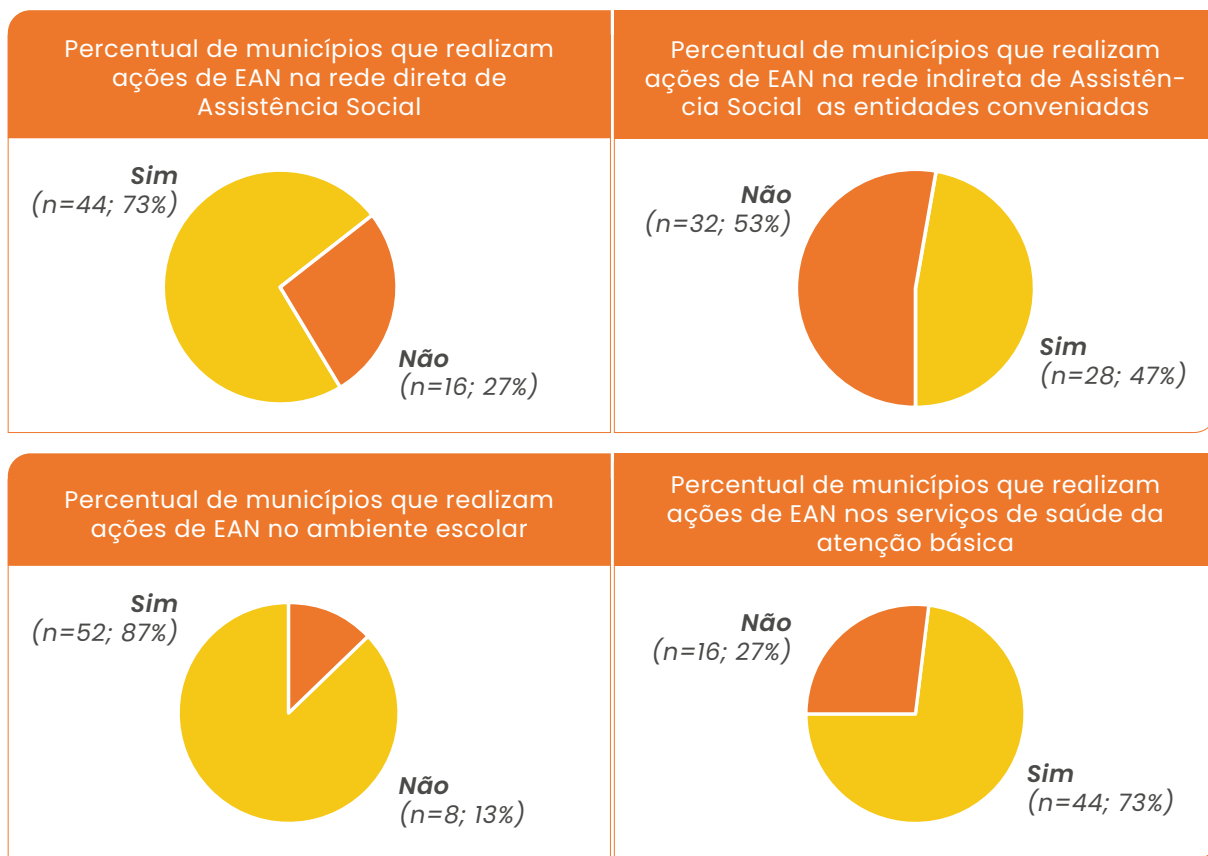
Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024–2026)”.

Eixo 6 - Educação alimentar e nutricional, comunicação e informação sobre alimentação adequada e saudável.

Observou-se que quase todos os municípios indicaram realizar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), representando 97% do total. Mais da metade dos municípios relataram desenvolver essas ações nos EqSAN (53%), na rede direta da Assistência Social (73%), na rede indireta da Assistência Social (47%), no ambiente escolar (87%) e nos serviços de atenção primária à saúde (73%) (Figura 13).

Figura 13. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades em relação à realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional. 2024.

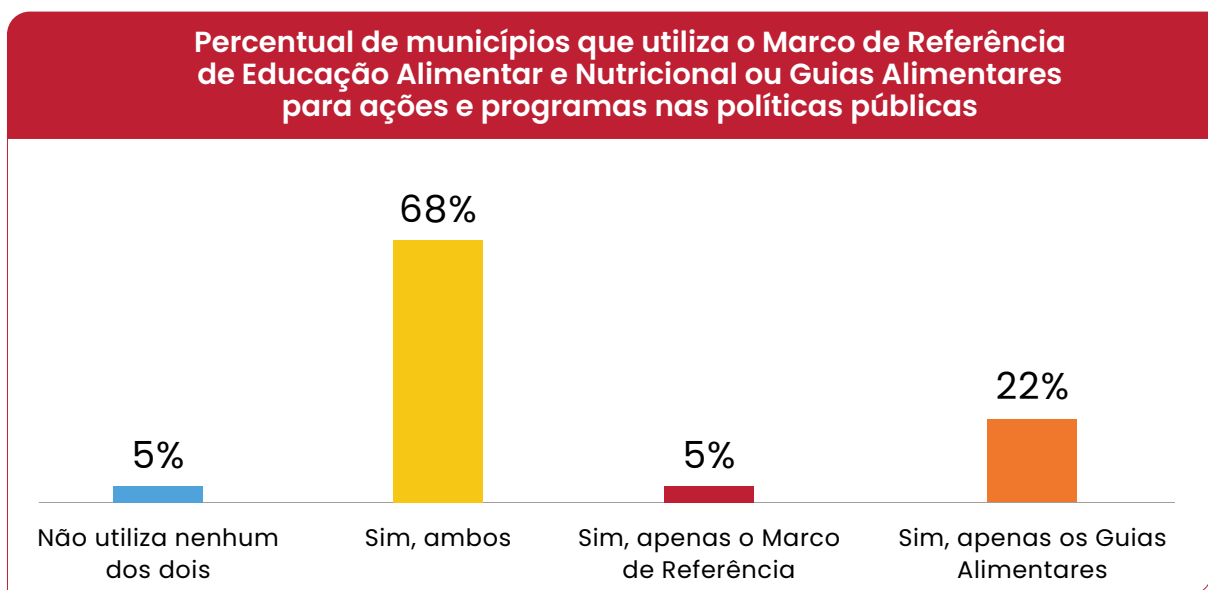




Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)”.

Mais da metade dos municípios (68%, n=41) indicaram utilizar o Marco de Referência de EAN ou Guias Alimentares para as ações e programas nas políticas públicas no território (Figura 14).

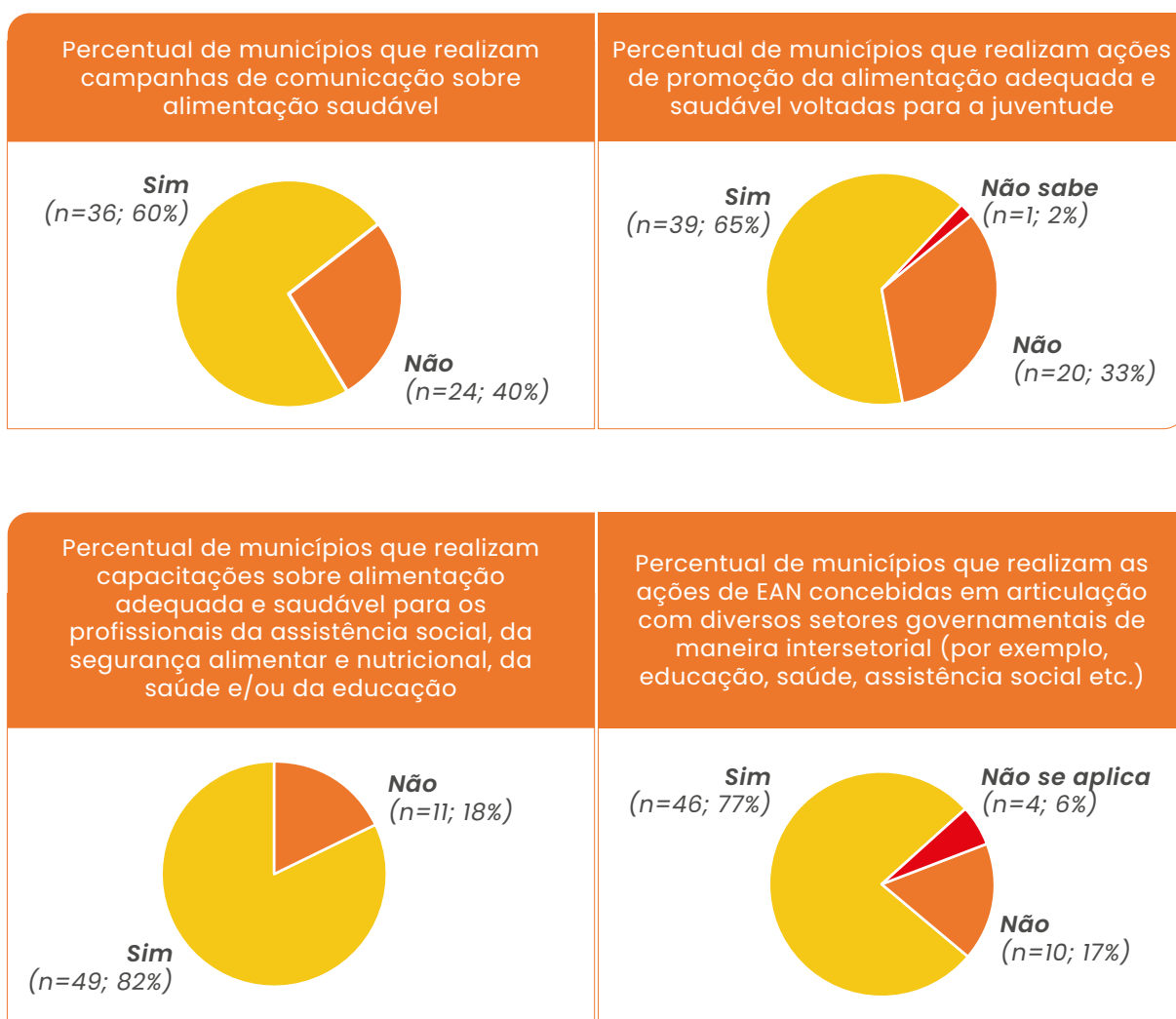
Figura 14. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades que utilizam o Marco de Referência de EAN e Guias Alimentares para ações e programas de políticas públicas. 2024.



Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)”.

Pouco mais da metade dos municípios (60%) indicou realizar campanhas de comunicação sobre alimentação saudável. Observou-se que dois terços dos municípios (65%) referiram desenvolver ações de promoção da alimentação adequada e saudável voltadas para a juventude. Além disso, verificou-se que 82% dos municípios indicaram oferecer capacitações sobre alimentação adequada e saudável para profissionais das áreas de assistência social, SAN, saúde e/ou educação. Em 77% dos municípios, as ações de EAN são articuladas com diversos setores governamentais (Figura 15).

Figura 15. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades em relação às ações de alimentação adequada e saudável. 2024.

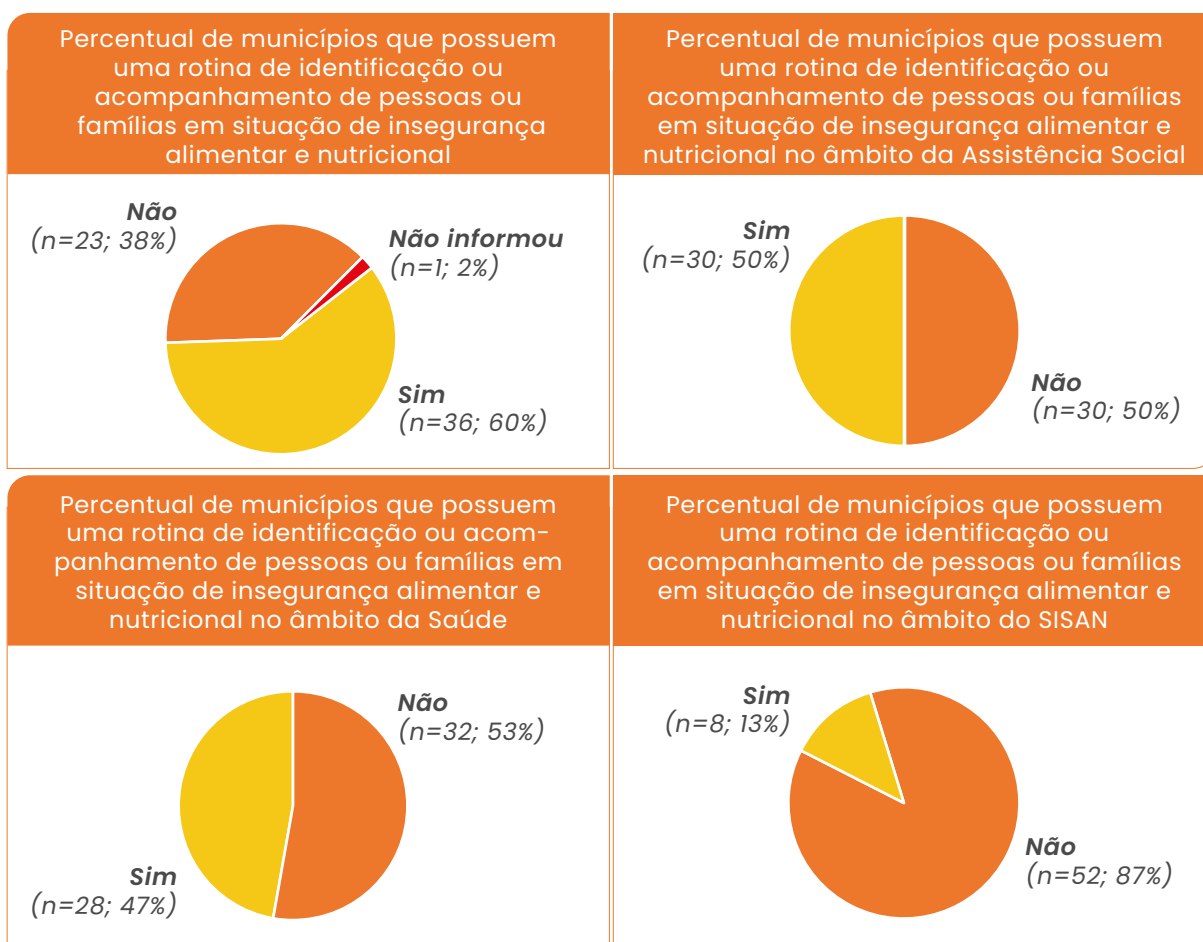


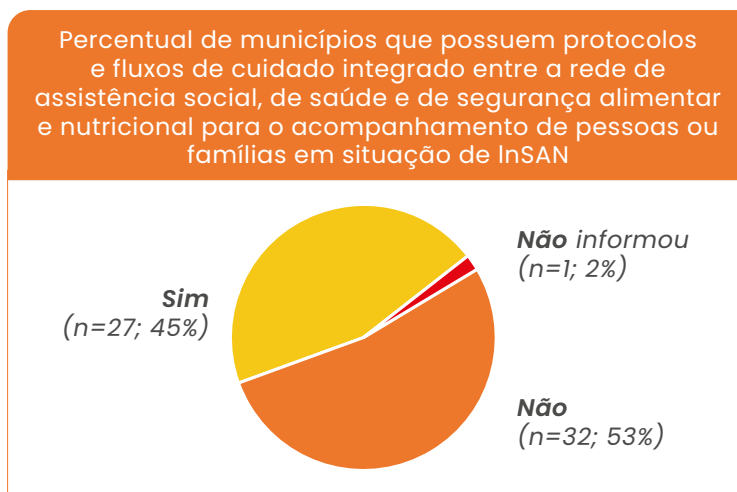
Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)”.

Eixo 7 - Articulação intersetorial entre as áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e saúde, entre outras, com vistas à oferta de ações e serviços para famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional em âmbito local.

Mais da metade dos municípios (60%) relataram possuir uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. Na Assistência Social, essa prática é realizada por 50% dos municípios, enquanto no setor da Saúde o percentual é de 47%. Apenas 13% dos municípios implementam essa rotina no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Ademais, 45% dos municípios dispõem de protocolos e fluxos de cuidado integrado entre as redes de assistência social, saúde e SAN para o acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional (Figura 16).

Figura 16. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo identificação e/ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de InSAN. 2024.





Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024–2026)”.

No Quadro 5 estão os principais relatos sobre as ações que têm sido realizadas pelos municípios para as famílias identificadas em situação de insegurança alimentar e nutricional (InSAN). Os pontos focais destacaram suportes como a identificação, benefícios sociais, ações e programas direcionados e articulação com parceiros.

Quadro 5. Ações realizadas para as famílias em situação de InSAN mencionadas pelos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades. 2024.

Ações realizadas para famílias em situação de InSAN	
TIPO DE SUPORTE	EXEMPLOS DE RESPOSTA
Identificação dos indivíduos e das famílias em situação de InSAN	"Acompanhamento pelo CRAS (visitas que identificam a situação da família)"
	"As famílias são identificadas pela Secretaria de Saúde, por meio de consultas regulares da rede pública ou visitas dos agentes comunitários de saúde"
	"Quando são identificadas, são encaminhadas para o CadÚnico ou para casas de acolhimento, dependendo da situação"
Provisões realizadas pelos sistemas do SUAS, SUS e SISAN	"Benefícios eventuais como cestas básicas, fornecimento de suplemento alimentar para crianças e ações integradas com saúde e educação"
	"A Gerência de Benefícios Sociais faz a distribuição de alimentos e aluguel social para moradores em vulnerabilidade"
	"A Secretaria de Desenvolvimento Social concede o Cartão Prato Cheio, que disponibiliza pecúnia ou cestas de alimentos para famílias em situação de InSAN"

TIPO DE SUPORTE	EXEMPLOS DE RESPOSTA
Programas	"Programa Pão e Leite: as famílias recebem um cartão de R\$ 70,00 para compras em padarias e mercados conveniados"
	"As cozinhas comunitárias oferecem alimentação acessível e atividades socioeducativas para a população cadastrada"
	"Por meio dos programas PAA Tradicional, PAA CONAB e PAA Estadual, distribuimos alimentos da agricultura familiar a famílias em risco de INSAN"
Educação	"São realizadas oficinas e rodas de conversa, vinculadas ao CRAS e CREAS, sobre alimentação e nutrição para as famílias"
	"Atividades de EAN incluem incentivos ao aleitamento materno e a distribuição de fórmulas para mães que não podem amamentar"
	"Ações de capacitação em PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) visam gerar renda para famílias e ampliar a segurança alimentar"
Articulação do SUS, SUAS e SISAN	"Articulação com redes de apoio, como o CREN (Centro de Recuperação e Educação Nutricional), para acompanhamento de casos de subnutrição infantil"
	"A integração dos sistemas socioassistenciais e UNISANs possibilita avaliar o estado de INSAN das famílias e identificar intervenções necessárias"
	"Parcerias com restaurantes populares, cozinhas comunitárias e programas como o Mesa Solidária garantem acesso gratuito ou subsidiado à alimentação"

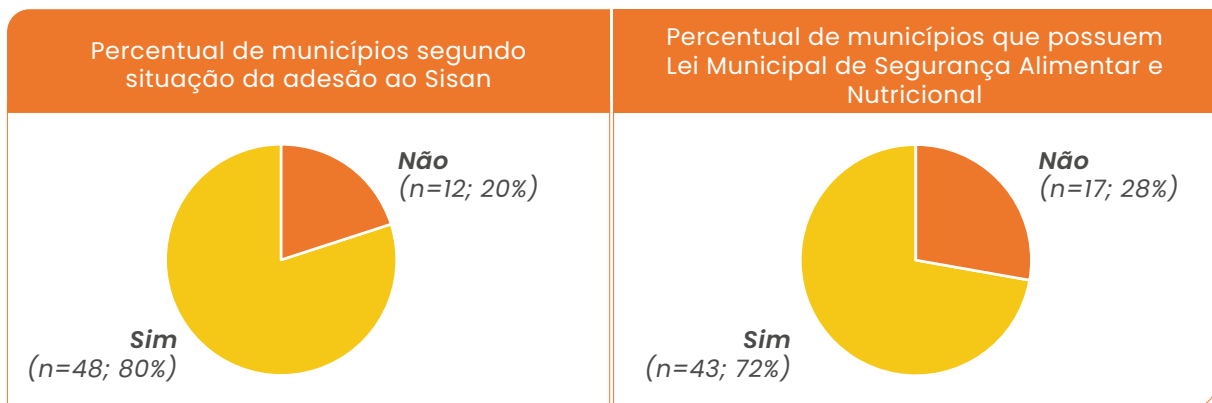
Fonte: "Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)".



GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISAN

A maioria dos municípios brasileiros, representando 80%, aderiu ao Sisan. Além disso, mais da metade dos municípios, ou seja, 72%, indicaram possuir uma Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Quase a totalidade dos municípios (77%) conta com um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea). Dos que possuem Comsea, 91% estão ativos (Figura 17).

Figura 17. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo governança do Sisan, 2024.



A maioria dos municípios indicou possuir uma Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) municipal ou um órgão similar, totalizando 80% das cidades. Entre esses municípios, quase a totalidade, ou seja, 81%, indicaram manter esse órgão em atividade (Figura 18).

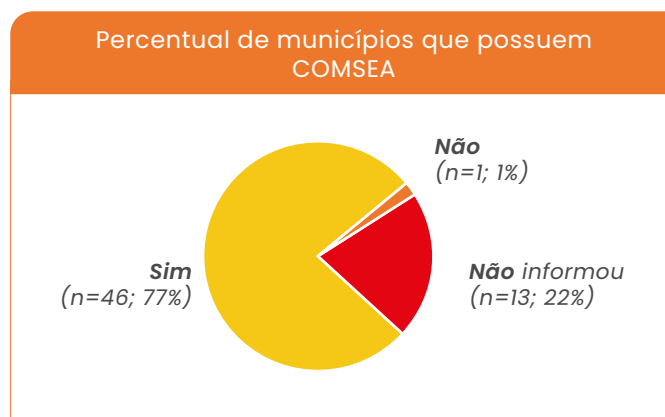
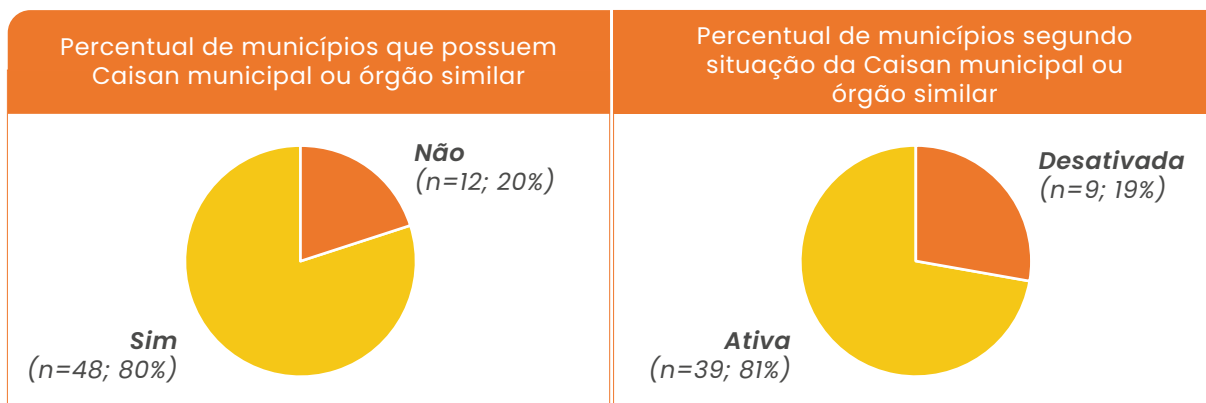


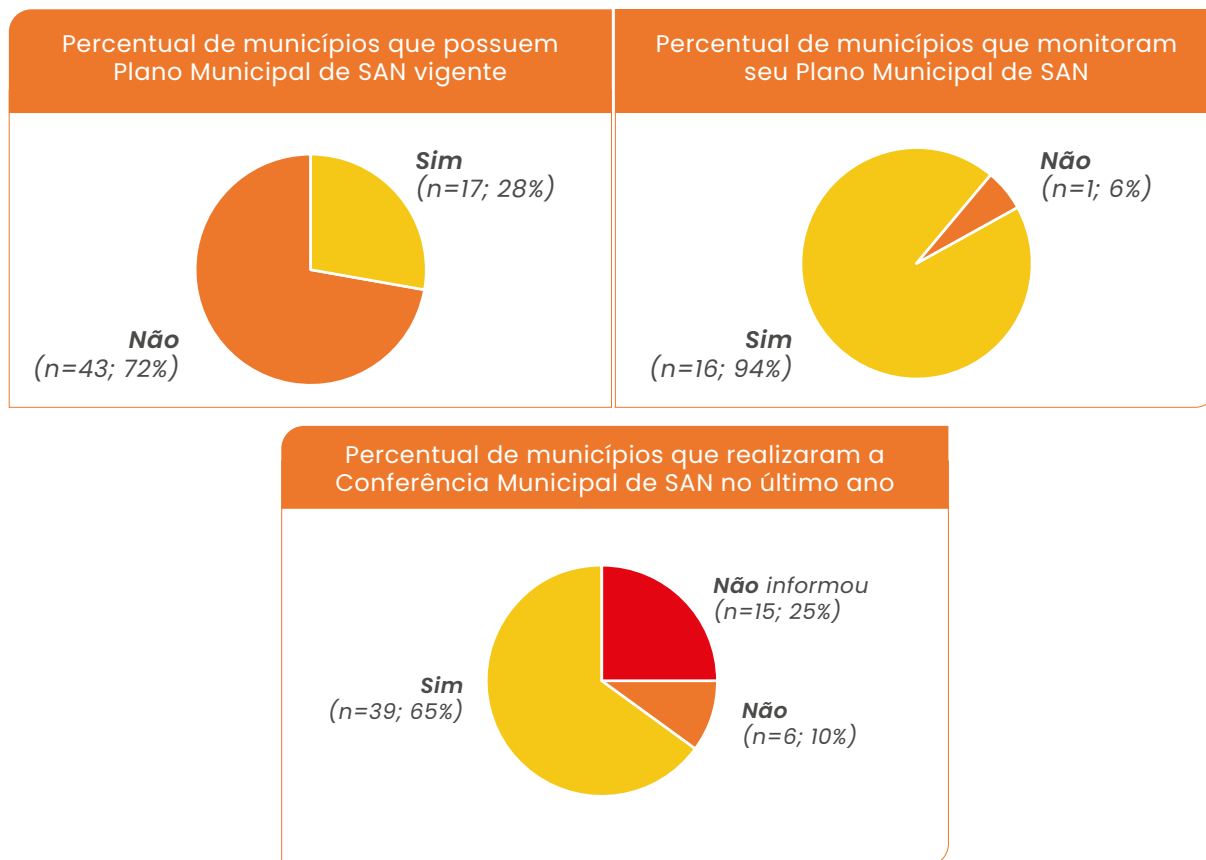
Figura 18. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo a Caisan. 2024.



Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)”.

Em 72% dos municípios participantes, houve relato de Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vigente, sendo que 94% destes planos são monitorados regularmente. A Conferência Municipal de SAN, realizada no ano anterior, ocorreu em 65% dos municípios (Figura 19), de acordo com o informado pelos pontos focais.

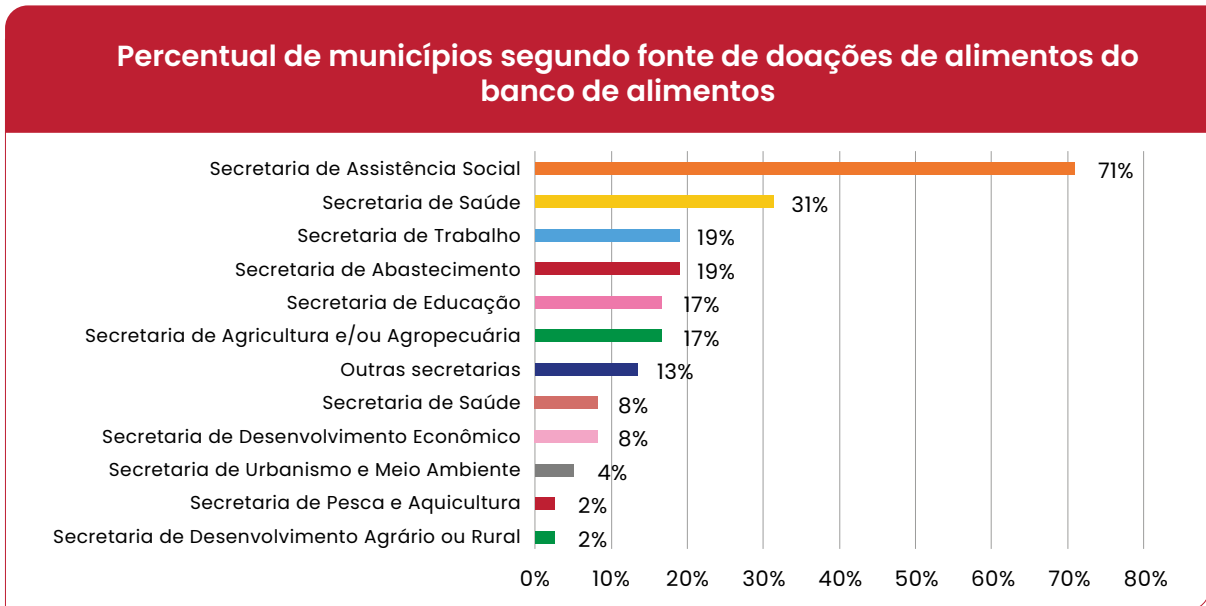
Figura 19. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo o Plano de SAN e capacitações sobre alimentação adequada e saudável. 2024.



Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024-2026)”.

Observou-se que 71% dos municípios brasileiros coordenam suas ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio da Secretaria de Assistência Social, seguida pela Secretaria de Saúde (31%). Em relação à representação da Caisan municipal ou órgão similar, as principais secretarias envolvidas incluem: Assistência Social (77%), Saúde (77%) e Educação (73%) (Figura 20).

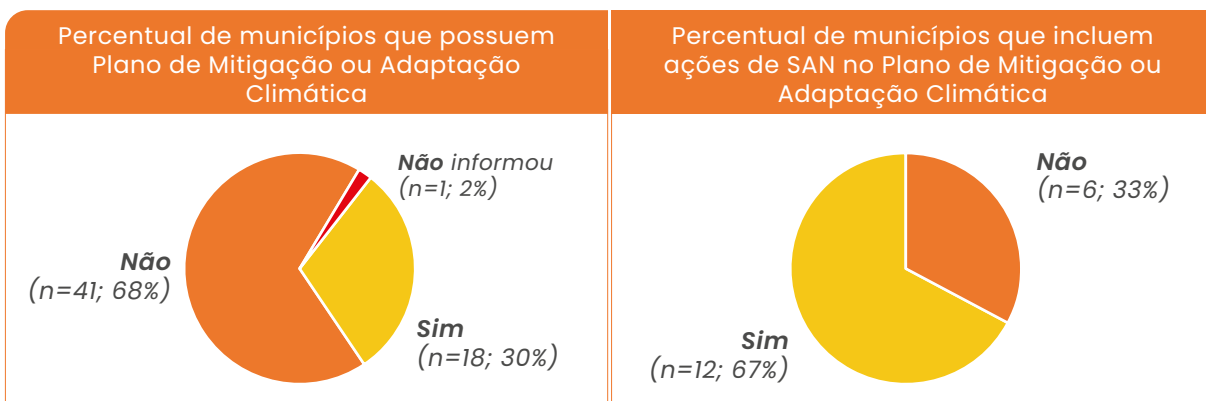
Figura 20. Percentual de municípios participantes segundo a coordenação das ações de SAN e áreas do governo representativas da Caisan municipal ou órgão similar dos municípios da Estratégia Alimenta Cidades. 2024.



Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024–2026)”.

Menos da metade dos municípios (30%) reportaram ter Plano de Mitigação ou Adaptação Climática. Dos que possuem o Plano, 67% incluíram ações de SAN (Figura 21).

Figura 21. Distribuição dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades segundo Plano de Mitigação e/ou Adaptação Climática. 2024.



Fonte: “Diagnóstico situacional – I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades (2024–2026)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou uma síntese do diagnóstico situacional dos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades, abordando as ações dos eixos da Estratégia e indicadores de governança local. As informações detalhadas de cada município podem ser consultadas na planilha disponível em anexo (Apêndice 6).

Os resultados deste diagnóstico destacam potencialidades e desafios significativos nos municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades. Verificou-se uma diversidade de iniciativas voltadas à SAN, como a promoção de feiras livres, apoio à agricultura urbana e periurbana e ações voltadas à educação alimentar e nutricional. Além disso, a governança local se mostrou instituída em muitos municípios, com conselhos e câmaras intersetoriais ativos que reforçam o compromisso com a agenda de SAN.

Por outro lado, observou-se desigualdade na distribuição dos equipamentos públicos voltados à promoção da SAN, tanto pela frágil articulação entre os setores de assistência social, saúde e segurança alimentar quanto pela localização inadequada desses serviços, o que dificulta o acesso da população mais vulnerável. Tais fatores comprometem o acompanhamento de famílias em situação de insegurança alimentar e apontam para a necessidade de uma melhor distribuição territorial desses equipamentos. Além disso, poucos municípios relataram dispor de Planos de Mitigação das Mudanças Climáticas com ações específicas relacionadas à SAN.

Esses achados reforçam a necessidade de uma abordagem interseccional mais efetiva, que possa atender de forma equitativa às demandas dos territórios e das populações em situação de vulnerabilidade. Além disso, é importante considerar que os resultados refletem o momento da coleta de dados e foram baseados no relato dos gestores locais, podendo não representar fielmente a realidade em tempo real dos municípios. Assim, são centrais o monitoramento contínuo e a atualização periódica dessas informações, a fim de apoiar a implementação de estratégias efetivas e sustentáveis no âmbito da segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11822.htm

Brasil. Decreto nº 11.821, de 12 de outubro de 2023. Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 out. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11821.htm.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Elementos chave sobre sistemas alimentares urbanos e orientações para implementação da estratégia alimenta cidades pelos governos locais. -- 1. ed. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/alimenta_cidades/publicacoes/manual_de_implementacao_da_estrategia_alimenta_cidades.pdf/view

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Mapa SAN: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/MapaSAN_2022_Analise_Descritiva_verso_final.pdf

ROCHA, L.L.; CORDEIRO, N. G.; JARDIM, M. Z.; KURIHAYASHI, A. Y.; GENTIL, P. C.; RUSSO, G.; MENDES, L. L. Do Brazilian regulatory measures promote sustainable and healthy eating in the school food environment?. BMC PUBLIC HEALTH, v. 23, p. 2166, 2023.

GLOSSÁRIO

Cozinhas comunitárias: equipamento público de segurança alimentar e nutricional, financiado com recursos públicos, que tem por objetivo produzir e disponibilizar, de forma gratuita ou a baixo custo, refeições adequadas e saudáveis, prioritariamente para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e de insegurança alimentar e nutricional indicadas pela assistência social.

Cozinhas solidárias: tecnologia social de combate à insegurança alimentar e nutricional, de base popular, não estatal, estruturada pela comunidade local, por meio de seus coletivos, seus movimentos sociais e suas organizações da sociedade civil, com a finalidade de produção e oferta de refeições adequadas e saudáveis, preferencialmente para pessoas em vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com o apoio à comunidade por meio de outras atividades de interesse coletivo.

Equipamentos de segurança alimentar e nutricional: constituem estruturas físicas e espaços destinados à prestação de serviços visando garantir a segurança alimentar e nutricional, incluindo a captação, produção, preparo, oferta, distribuição e comercialização de refeições e/ou gêneros alimentícios. São, portanto, instrumentos essenciais para o combate à fome no país. Os equipamentos historicamente apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) incluem: Central da Agricultura Familiar, Banco de Alimentos, Cozinha Comunitária e Restaurante Popular.

Equipamentos populares de abastecimento: estruturas físicas fixas e temporárias de pequeno porte, unidades móveis, veículos ou aplicativos/sistemas de abastecimento geridos por organizações urbanas e/ou rurais, dedicados a viabilizar e/ou ampliar a oferta de alimentos saudáveis e promoção da geração de renda, especialmente em territórios periféricos.

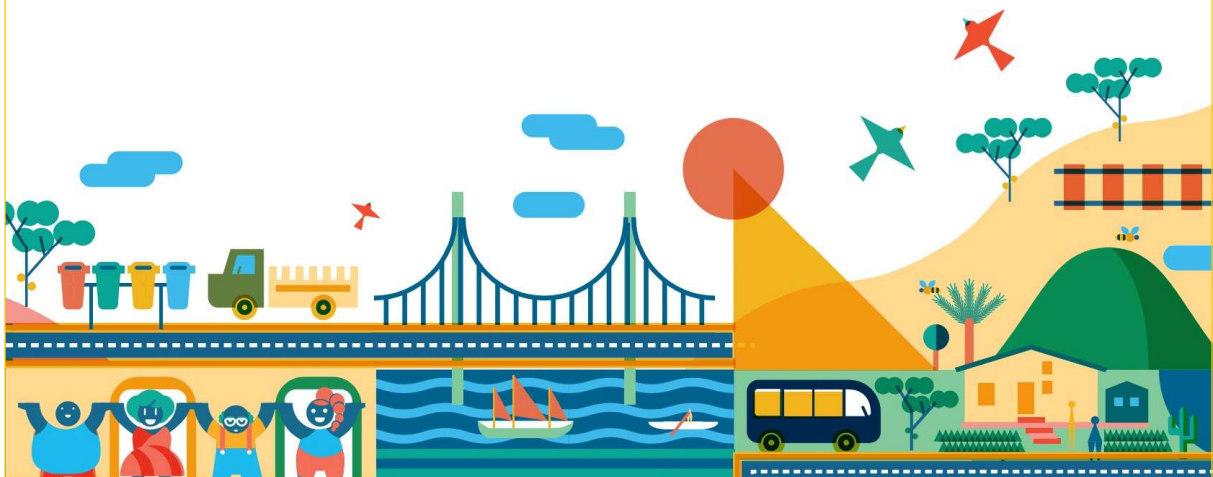
Feiras livres ou populares: espaços físicos de abastecimento alimentar constituídos por estruturas temporárias ou fixas montadas em espaços públicos com a finalidade de comercializar alimentos in natura, minimamente processados e processados, preferencialmente de forma direta pelos produtores, em particular da agricultura familiar que visam garantir e ampliar o acesso à alimentação saudável, a valorização da cultura e hábitos alimentares locais e regionais, podendo incorporar ações de educação alimentar e nutricional.

Apêndice

Apêndice 1 - Informações detalhadas dos municípios participantes do I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS CIDADES: RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome



Alimenta Cidades

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES

Região Norte

Rio Branco (AC)
Macapá (AP)
Manaus (AM)
Ananindeua (PA)
Belém (PA)
Santarém (PA)
Porto Velho (RO)
Boa Vista (RR)
Palmas (TO)

Região Nordeste

Feira de Santana (BA)
Salvador (BA)
Vitória da Conquista (BA)
Caucaia (CE)
Fortaleza (CE)
São Luís (MA)
Campina Grande (PB)
João Pessoa (PB)
Caruaru (PE)
Jaboatão dos Guararapes (PE)
Olinda (PE)
Paulista (PE)
Petrolina (PE)
Recife (PE)
Teresina (PI)
Natal (RN)
Aracaju (SE)

Região Centro-Oeste

Brasília (DF)
Anápolis (GO)
Goiânia (GO)
Cuiabá (MT)
Campo Grande (MS)

Região Sudeste

Sorocaba (SP)
Campinas (SP)
Franca (SP)
Guarulhos (SP)
Osasco (SP)
Ribeirão Preto (SP)
Santos (SP)
São Bernardo do Campo (SP)
São José do Rio Preto (SP)
São José dos Campos (SP)
São Paulo (SP)
São Vicente (SP)

Belo Horizonte (MG)

Contagem (MG)
Juiz de Fora (MG)
Uberlândia (MG)
Niterói (RJ)
Rio de Janeiro (RJ)

Região Sul

Curitiba (PR)
Londrina (PR)
Maringá (PR)
Ponta Grossa (PR)
São José dos Pinhais (PR)
Caxias do Sul (RS)
Porto Alegre (RS)
Florianópolis (SC)
Joinville (SC)



2

Apêndice 2 - Questionário das entrevistas

EIXO DA ESTRATÉGIA	NÚMERO DA PERGUNTA	PERGUNTAS
EIXO 1	1	Há uma ou mais Cozinhas Comunitária de iniciativa do Poder Público no município?
EIXO 1	1.1	Qual a quantidade total de refeições ofertadas pelas cozinhas comunitárias por mês?
EIXO 1	2	Há uma ou mais Cozinhas Solidárias de iniciativa da Sociedade Civil no município?
EIXO 1	2.1	Qual a quantidade total de refeições ofertadas pelas cozinhas solidárias por mês?
EIXO 1	3	Há um ou mais Restaurantes Populares no município?
EIXO 1	3.1	Qual a quantidade total de refeições ofertadas pelos restaurantes populares por mês?
EIXO 1	3.2	Os restaurantes populares apresentam preços diferenciados para grupos sociais específicos?
EIXO 1	3.2.1	Se sim, indique abaixo para qual(is) grupo(s) social(is) há preços diferenciados nos restaurantes populares
EIXO 1	4	Há outros Equipamentos Públicos de Distribuição e doação de Alimentos em funcionamento no município?
EIXO 1	5	Há Equipamentos Públicos de Oferta e Comercialização de Alimentos em funcionamento no município?
EIXO 1	6	No município há aquisição institucional de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA?
EIXO 1	6.1	Qual a quantidade total de instituições beneficiadas pelo PAA?
EIXO 2	7	Há feiras livres convencionais no município?
EIXO 2	7.1	O município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres convencionais?
EIXO 2	8	Há Feiras Livres no município que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?
EIXO 2	8.1	O município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?
EIXO 2	9	A prefeitura municipal mantém em funcionamento Mercados Públicos ou Populares?
EIXO 2	9.1	O município subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares?
EIXO 2	10	A prefeitura municipal mantém em funcionamento Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas?
EIXO 2	10.1	O município subsidia o preço dos alimentos em algum sacolão público ou quitanda pública?
EIXO 2	11	No município há manutenção de centrais de abastecimento, Ceasas ou entrepostos?
EIXO 2	12	Há uma ou mais Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar no município?
EIXO 3	13	O município realiza alguma ação de regulamentação de ambientes alimentares?
EIXO 3	14	O município realiza alguma ação de regulamentação de publicidade de alimentos?
EIXO 4	15	Quantos Serviços de Saúde no município possuem hortas?
EIXO 4	16	Quantas hortas são vinculadas à Rede Socioassistencial do município?
EIXO 4	17	Quantas hortas comunitárias existem no município?

EIXO DA ESTRATÉGIA	NÚMERO DA PERGUNTA	PERGUNTAS
EIXO 4	18	Caso haja hortas comunitárias são para consumo das famílias e/ou para gerar renda?
EIXO 4	19	O município possui política ou programa municipal que incentiva/apoia a agricultura urbana e periurbana?
EIXO 4	20	O município possui lei que incentiva/apoia a agricultura urbana e periurbana?
EIXO 4	21	O município promove atividades de fomento e incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica?
EIXO 4	22	O município oferece treinamentos para produção de base agroecológica?
EIXO 4	23	O município realiza ações intersetoriais para viabilizar a compra de alimentos da agricultura familiar?
EIXO 4	24	Quantos agricultores ou cooperativas são beneficiados pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)?
EIXO 4	25	No município são desenvolvidas ações de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares ou povos e comunidades tradicionais?
EIXO 4	26	No município são realizadas ações de ocupação de terrenos vazios com agricultura urbana ou periurbana?
EIXO 5	27	Existe Banco de Alimentos em sua cidade?
EIXO 5	27.1	Quais são as fontes de doações do banco de alimentos?
EIXO 5	27.2	Quantos parceiros doam para o Banco de Alimentos?
EIXO 5	27.3	Qual a quantidade de doações arrecadadas por mês no Banco de Alimentos (em toneladas)?
EIXO 5	27.4	Qual a quantidade de doações distribuídas por mês no Banco de Alimentos (em toneladas)?
EIXO 5	27.5	Quantas instituições são beneficiadas pelo Banco de Alimentos?
EIXO 5	27.6	Quantas pessoas ou famílias são beneficiadas pelo Banco de Alimentos?
EIXO 5	27.7	Qual o peso dos alimentos aproveitados por mês (em toneladas)?
EIXO 5	27.8	Qual o peso total dos alimentos in natura e minimamente processados distribuídos por mês (em toneladas)?
EIXO 5	27.9	Qual o peso total dos alimentos ultraprocessados distribuídos por mês (em toneladas)?
EIXO 5	27.10	Quais são os beneficiários de doações de alimentos do Banco de Alimentos?
EIXO 5	28	O município tem recursos para a gestão, custeio ou manutenção dos Bancos de Alimentos?
EIXO 5	29	O município realiza alguma ação, programa ou política de regulamentação de perdas e desperdícios de alimentos?
EIXO 6	30	O município realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)?
EIXO 6	30.1	Se você respondeu afirmativamente à pergunta anterior, por favor, indique os locais onde as ações de EAN são realizadas.
EIXO 6	30.2	As ações de EAN são feitas em parceria com outros setores governamentais de maneira intersetorial (como educação, saúde, assistência social)?
EIXO 6	31	O município realiza campanhas de comunicação sobre alimentação saudável?
EIXO 6	32	O município realiza ações de promoção da alimentação adequada e saudável voltado para a juventude?
EIXO 6	33	O município realiza capacitações sobre alimentação saudável?

EIXO DA ESTRATÉGIA	NÚMERO DA PERGUNTA	PERGUNTAS
EIXO 6	33.1	Se você respondeu "Sim" na pergunta anterior, por favor, indique para quais dos profissionais listados abaixo.
EIXO 6	34	O município utiliza o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional ou Guias Alimentares para ações e programas nas políticas públicas?
EIXO 6	35	O seu município realiza eventos relacionados à cultura alimentar?
EIXO 6	36	O seu município realiza oficinas culinárias ou outras atividades para estimular o hábito de cozinhar?
EIXO 7	37	Existe um fluxo estabelecido para identificar ou acompanhar pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no município?
EIXO 7	37.1	Em qual âmbito acontece?
EIXO 7	38	O Município desenvolve alguma política ou ação de SAN voltada para pessoas em situação de rua?
EIXO 7	38.1	Caso haja políticas ou ações de SAN voltada para pessoas em situação de rua, quais são?
EIXO 7	39	No município há o estabelecimento de protocolos e fluxos de cuidado integrado entre a rede de assistência social, de saúde e de segurança alimentar e nutricional para o acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?
EIXO 7	40	Quais ações são realizadas para as famílias identificadas em situação de INSAN?
EIXO 7	41	Nos editais de contratação de serviços de ofertas de refeições para as unidades socioassistenciais do município existem parâmetros de qualidade das refeições alinhados ao Guia Alimentar para a População Brasileira?
EIXO 7	42	No município há integração de dados e informações do SUAS e do SUS para ações de acompanhamento das pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?
EIXO 7	43	O município apresenta fluxo de trabalho ou parceria estabelecido para atendimento dos usuários da rede direta ou indireta da assistência social nos restaurantes populares/cozinhas solidárias?
EIXO 7	44	O município faz doações de alimentos ou concede benefício na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou oferece dinheiro diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional?
EIXO 7	45	O município segue alguma recomendação/parâmetro para composição da cesta básica?
EIXO 7	46	O município realiza ações de educação permanente/capacitação aos profissionais e gestores que atuam na área da Segurança Alimentar e Nutricional?
EIXO 8	47	O município possui ou estabeleceu alguma parceria com outro ente federativo ou outro? Ex de outros: acordos de cooperação, projetos conjuntos, compartilhamento de recursos, parceria com a sociedade civil entre outros
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	48	As ações de SAN estão vinculadas a qual secretaria municipal?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	49	O município possui Lei Municipal que trate de Política de Segurança Alimentar e Nutricional?

EIXO DA ESTRATÉGIA	NÚMERO DA PERGUNTA	PERGUNTAS
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	50	O município possui Câmara Intersectorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan municipal) ou órgão similar?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	50.1	Qual é a atual situação da câmara ou instância governamental de articulação intersectorial dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional (Caisan municipal ou instância afim)?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	50.2	Quais áreas do governo estão representadas nessa Câmara ou instância?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	51	O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	51.1	Qual é a atual situação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	51.2	No último ano, foi realizada Conferência Municipal de SAN?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	52	O município possui Plano de Segurança Alimentar e Nutricional vigente?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	52.1	O Plano Municipal de SAN vigente foi elaborado de maneira intersectorial
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	52.2	O município monitora o seu Plano Municipal de SAN?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	53	Há recursos previstos no orçamento municipal para o financiamento de ações de SAN (não considerar ações cujo recurso consta apenas como contrapartida a recursos estaduais ou federais)?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	54	Quais ações de Segurança Alimentar e Nutricional são desenvolvidas no município?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	55	O município recebe recursos do orçamento estadual para realização das ações de SAN?
INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA	56	O município possui Fundo Municipal de SAN ativo?
INDICADOR MANEJO MUDANÇAS CLIMÁTICAS	57	O município possui Plano de Mitigação ou Adaptação Climática?
INDICADOR MANEJO MUDANÇAS CLIMÁTICAS	57.1	O Plano inclui ações de Segurança Alimentar e Nutricional?

Apêndice 3 - Manual do Diagnóstico aos entrevistados

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS CIDADES: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024

Alimenta Cidades

Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades

Home page: <https://www.redus.org.br/alimenta-cidades>

Coordenação da iniciativa - CGSAU/DESAU/SESAN/MDS

Bruna Pitasi Arguelhes

Cláudia Bocca

Gabriela Bioni

Gisele Bortolini

Luiza Torquato

Apoio/ parceria- GEPPAAS/UFMG

Larissa Loures Mendes

Luana Lara Rocha

Luiza Delazari Borges

Mariana Zogbi Jardim



APRESENTAÇÃO

Olá!

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades é uma iniciativa instituída pelo **Decreto presidencial nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023**, que tem como objetivo ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizando os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Estratégia Alimenta Cidades está sendo implantada em 60 municípios prioritários listados nas **Portaria nº 987, de 22 de maio de 2024** e terá um alcance de cerca de 60 milhões de brasileiros, contemplando ações induzidas e apoiadas pelo Governo Federal e iniciativas municipais, que considerem o contexto específico dos territórios.

A proposta foi elaborada em consonância com os compromissos estabelecidos no Planejamento Plurianual do Governo Federal (PPA 2024-2027), no Planejamento Estratégico do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e no Plano Brasil Sem Fome (MDS). Além disso, dialoga com inúmeras outras iniciativas governamentais, especialmente a Política Nacional de Abastecimento Alimentar; o Programa Cozinha Solidária; o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; o Plano Clima - Adaptação e Mitigação e as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

A intenção da estratégia é contribuir para o planejamento integrado e a coordenação intersetorial de ações relacionadas à alimentação urbana, assim como fortalecer a perspectiva de direito à cidade e do direito humano à alimentação adequada, reduzindo iniquidades sociais.

Os programas e ações da Estratégia serão orientados por oito eixos, sendo eles:

- 1) Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional;
- 2) Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de abastecimento;
- 3) Promoção de ambientes alimentares urbanos que favoreçam a alimentação adequada e saudável;
- 4) Promoção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno;
- 5) Redução das perdas e dos desperdícios de alimentos;
- 6) Educação alimentar e nutricional, comunicação e informação sobre alimentação adequada e saudável;
- 7) Articulação intersetorial entre as áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e saúde, entre outras, com vistas à oferta de ações e serviços para famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional em âmbito local;
- 8) Apoio à Rede Urbana de Alimentação Saudável a ser instituída por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, como mecanismo de mobilização, governança intersetorial e intergovernamental para o fomento da cooperação horizontal entre os entes federativos participantes da Estratégia. ¹

O objetivo deste material é orientar os apoiadores, que serão os pontos focais do município, a reunirem informações para o diagnóstico situacional da Estratégia Alimenta Cidades.

¹<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/alimentacao-saudavel/alimentacao-saudavel-nas-cidades>;
<https://www.redus.org.br/alimenta-cidades>;
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11822.htm

PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA ALIMENTA CIDADES

PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA ALIMENTA CIDADES

Um dos parceiros do MDS no desenvolvimento da Estratégia Alimenta Cidades é o Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambientes Alimentares e Saúde (GEPPAAS) da Universidade Federal de Minas Gerais. O GEPPAAS é um grupo certificado desde 2017, liderado pelas professoras Larissa Loures Mendes e Paula Martins Horta. São diversos alunos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado que compõem o grupo. O objetivo do GEPPAAS é favorecer pesquisas e práticas voltadas para a análise do ambiente alimentar e saúde da população. As principais atividades envolvem a sistematização de encontros de estudo para discussão e fortalecimento das pesquisas na área de ambiente alimentar, além da formação de parcerias com Universidades e Instituições Brasileiras e Internacionais para condução de estudos. Saiba mais do GEPPAAS aqui:



Uma das atividades da Estratégia que a Equipe do GEPPAAS está desenvolvendo é o diagnóstico situacional. O diagnóstico consiste em diferentes dados a serem reunidos que contemplam os oito eixos da Estratégia. Uma parte desses dados resultará de entrevistas a serem feitas pela Equipe do GEPPAAS com os pontos focais da estratégia, de cada município, no formato de entrevistas online, que serão agendadas previamente e realizadas por meio da plataforma Zoom. Responder às perguntas do diagnóstico é importante para o mapeamento dos municípios dentro de cada um dos oito eixos, para a implementação da Estratégia Alimenta Cidades.

O questionário do diagnóstico será disponibilizado nas próximas páginas para que os pontos focais possam, antecipadamente, saber o que será questionado e reunir o conjunto de informações necessárias com os setores relacionados. Veja nas próximas páginas o que abordaremos nas entrevistas, as perguntas que serão feitas e as possíveis respostas de cada eixo.



Este material foi criado para que os pontos focais tenham um conhecimento prévio sobre as questões a serem respondidas

6

EIXOS DA ESTRATÉGIA E PERGUNTAS IMPORTANTES PARA O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

7

EIXO 1- OFERTA E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SOCIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PERGUNTAS

1. Há uma ou mais Cozinhas Comunitárias de iniciativa do Poder Público no município?
2. Há uma ou mais Cozinhas Solidárias de iniciativa da Sociedade Civil no município?
 - 2.1. Qual a quantidade total de refeições ofertadas pelas cozinhas solidárias por mês?
3. Há um ou mais Restaurantes Populares no município?
 - 3.1. Qual a quantidade total de refeições ofertadas pelos restaurantes populares por mês?
 - 3.2. Os restaurantes populares apresentam preços diferenciados para grupos sociais específicos?
 - 3.2.1. Se sim, indique abaixo para qual(is) grupo(s) social(is) há preços diferenciados nos restaurantes populares
4. Há outros Equipamentos Públicos de **Distribuição** e doação de Alimentos em funcionamento no município?
5. Há Equipamentos Públicos de Oferta e **Comercialização** de Alimentos em funcionamento no município?
6. No município há aquisição institucional de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA?
 - 6.1. Qual a quantidade total de instituições beneficiadas pelo PAA?

ATENÇÃO! Para as perguntas 1, 2, 3, 4 e 5 vamos precisar dos endereços de cada um, preencha aqui: <https://forms.gle/DU9UdoRDbmVBgNJ8>

EIXO 2- OFERTA E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE ABASTECIMENTO

PERGUNTAS

7. Há feiras livres convencionais no município?
 - 7.1. O Município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres convencionais?
8. Há Feiras Livres no município que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?
 - 8.1. O Município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?
9. A prefeitura municipal mantém em funcionamento Mercados Públicos ou Populares?
 - 9.1. O município subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares?
10. A prefeitura municipal mantém em funcionamento Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas?
 - 10.1. O município subsidia o preço dos alimentos em algum Sacolão Público ou Quitanda Pública?
11. No município há manutenção de centrais de abastecimento, Ceasas ou entrepostos?
12. Há uma ou mais Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar no Município?

ATENÇÃO! Para as perguntas 7, 8 e 9 vamos precisar dos endereços de cada um, preencha aqui: <https://forms.gle/DU9UdoRDbmVBgNJa8>. Nas perguntas 7.1 e 8.1, caso a resposta seja sim, precisaremos saber quais os suportes que o município disponibiliza para realização das Feiras Livres Convencionais e as que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica.

EIXO 3- PROMOÇÃO DE AMBIENTES ALIMENTARES URBANOS QUE FAVOREÇAM A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

PERGUNTAS

13. O município realiza alguma ação de regulamentação de ambientes alimentares?
14. O município realiza alguma ação de regulamentação de publicidade de alimentos?

ATENÇÃO! Para essas duas perguntas queremos saber das regulamentações do MUNICÍPIO, não vale estadual ou federal! Também é importante, caso houver regulamentação, que sejam fornecidos o número, ano e o site.

EIXO 4- PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS NAS CIDADES E EM SEU ENTORNO - AGRICULTURA URBANA

PERGUNTAS

15. Quantos Serviços de Saúde no município possuem hortas?
16. Quantas hortas são vinculadas à Rede Socioassistencial do município?
17. Quantas hortas comunitárias existem no município?
18. Caso haja hortas comunitárias são para consumo das famílias e/ou para gerar renda?
19. O município possui política ou programa municipal que incentiva/apoia a agricultura urbana e periurbana?
20. O município possui Lei que incentiva/apoia a agricultura urbana e periurbana?
21. O município promove atividades de fomento e incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica?
22. O município oferece treinamentos para produção de base agroecológica?

23. O município realiza ações intersetoriais para viabilizar a compra de alimentos da agricultura familiar?
24. Quantos agricultores ou cooperativas são beneficiados pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)?
25. No município são desenvolvidas ações de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares ou povos e comunidades tradicionais?
26. No município são realizadas ações de ocupação de terrenos vazios com agricultura urbana ou periurbana?

ATENÇÃO! A maioria das perguntas possui respostas como "sim" ou "não" aqui algumas perguntas possuem respostas fechadas. Na resposta da pergunta 18, por exemplo, caso haja hortas comunitárias, existem 3 possíveis respostas, são elas: () consumo familiar () gerar renda () ambos () não há cozinhas comunitárias. Nas respostas das perguntas 19 e 20, precisaremos saber o número, ano da Lei que institui a política e decreto que regulamenta a Lei, quando houver. Observem também que para resposta das perguntas 13 e 14 : "Caso haja ações no município, quais são?", queremos saber quais são essas ações.

EIXO 5- REDUÇÃO DAS PERDAS E DESPERDÍCIOS DE ALIMENTOS

PERGUNTAS

27. Existe Banco de Alimentos em sua cidade?
 - 27.1. Quais são as fontes de doações de alimentos do banco de alimentos?
 - 27.2. Quantos parceiros doam para o Banco de Alimentos?
 - 27.3. Qual a quantidade de doações arrecadadas por mês no Banco de Alimentos (em toneladas)?
 - 27.4. Qual a quantidade de doações distribuídas por mês no Banco de Alimentos (em toneladas)?
 - 27.5. Quantas instituições são beneficiadas pelo Banco de Alimentos?
 - 27.6. Quantas pessoas ou famílias são beneficiadas pelo Banco de Alimentos?

11

- 27.7. Qual o peso dos alimentos aproveitados por mês (em toneladas)?
- 27.8. Qual o peso total dos alimentos in natura e minimamente processados distribuídos (em toneladas)?
- 27.9. Qual o peso total dos alimentos ultraprocessados distribuídos (em toneladas)?
- 27.10. Quais são os beneficiários de doações de alimentos do Banco de Alimentos?
28. O município tem recursos para a gestão, custeio ou manutenção dos Bancos de Alimentos?
29. O município realiza alguma ação, programa ou política de regulamentação de perdas e desperdícios de alimentos?

ATENÇÃO! Para pergunta 27, queremos saber quantos (o número) Bancos de Alimentos existem.

Na pergunta 27.1, as respostas possíveis são: () Programa Alimenta Brasil () Rede varejista () Indústria () CEASA () Outras procedências (aqui você precisará nos dizer quais).

Para pergunta 27.10 também selecionamos algumas possíveis respostas, são elas: () Direto para o cidadão () Unidades Escolares () Centros de Referências da Assistência Social () Centros de Referência Especializados em População de Rua () Unidades de Acolhimento Institucional () Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS () Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social () Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional () Associações beneficentes () Unidades de Atendimento para pessoas com Deficiência () Outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil.

Veja também que se para pergunta 29 houver ação, programa ou política de regulamentação, precisaremos saber quais são, certo?

EIXO 6- EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

PERGUNTAS

30. O município realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)?
- 30.1. Se você respondeu afirmativamente à pergunta anterior, por favor, indique os locais onde as ações de EAN são realizadas.
- 30.2. As ações de EAN são feitas em parceria com outros setores governamentais de maneira intersectorial (como educação, saúde, assistência social)?
31. O município realiza campanhas de comunicação sobre alimentação saudável?
32. O município realiza ações de promoção da alimentação adequada e saudável voltado para a juventude?
33. O município realiza capacitações sobre alimentação saudável?
- 33.1. Se você respondeu "Sim" na pergunta anterior, por favor, indique para quais dos profissionais listados abaixo.
34. O município utiliza o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional ou Guias Alimentares para ações e programas nas políticas públicas?
35. O seu município realiza eventos relacionados à cultura alimentar?
36. O seu município realiza oficinas culinárias ou outras atividades para estimular o hábito de cozinhar?

ATENÇÃO! Aqui também direcionamos as respostas da pergunta 30.1, são elas: () EPSAN () Rede direta da Assistência Social () Rede indireta da Assistência Social () Ambiente escolar () Serviços de saúde da atenção básica () Outro (lembrando que se você marcar "outro" precisará dizer qual. Para a pergunta 33.1, as possíveis respostas são: () Profissionais da assistência social () Profissionais da Segurança Alimentar e Nutricional () Profissionais da Saúde e/ou Educação () Comerciantes () Produtores de alimentos e, para pergunta 34, as possíveis respostas são: () Sim, apenas o Marco de Referência () Sim, apenas os Guias () Sim, ambos () Não utiliza nenhum dos dois.

EIXO 7- ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL ENTRE AS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SAÚDE, ENTRE OUTRAS, COM VISTAS À OFERTA DE AÇÕES E SERVIÇOS PARA FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ÂMBITO LOCAL

PERGUNTAS

37. Existe um fluxo estabelecido para identificar ou acompanhar pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no município?

37.1. Em qual âmbito acontece?

38. O Município desenvolve alguma política ou ação de SAN voltada para pessoas em situação de rua?

38.1. Caso haja políticas ou ações de SAN voltada para pessoas em situação de rua, quais são?

39. No município há o estabelecimento de protocolos e fluxos de cuidado integrado entre a rede de assistência social, de saúde e de segurança alimentar e nutricional para o acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?

40. Quais ações são realizadas para as famílias identificadas em situação de INSAN?

41. Nos editais de contratação de serviços de ofertas de refeições para as unidades socioassistenciais do município existem parâmetros de qualidade das refeições alinhados ao Guia Alimentar para a População Brasileira?

42. No município há integração de dados e informações do SUAS e do SUS para ações de acompanhamento das pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?

43. O município apresenta fluxo de trabalho ou parceria estabelecido para atendimento dos usuários da rede direta ou indireta da assistência social nos restaurantes populares/cozinhas solidárias?

44. O município faz doações de alimentos ou concede benefício na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou oferece dinheiro diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional?

45. O município segue alguma recomendação/parâmetro para composição da cesta básica?

46. O município realiza ações de educação permanente/capacitação aos profissionais e gestores que atuam na área da Segurança Alimentar e Nutricional?

ATENÇÃO! Aqui no eixo 7, direcionamos as respostas da pergunta 37.1 para () no âmbito da Assistência Social () no âmbito da Saúde () no âmbito do SISAN () Outro (lembrando que se você responder "outro", deverá nos informar qual)

EIXO 8- APOIO À REDE URBANA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, A SER INSTITUÍDA POR ATO DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, COMO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO, GOVERNANÇA INTERSETORIAL E INTERGOVERNAMENTAL PARA O FOMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS PARTICIPANTES DA ESTRATÉGIA.

PERGUNTA

47. O município possui ou estabeleceu alguma parceria com outro ente federativo participante da Rede Urbana de Alimentação Saudável?
Ex: acordos de cooperação, projetos conjuntos, compartilhamento de recursos, parceria com a sociedade civil entre outros

INDICADOR GESTÃO-GOVERNANÇA

PERGUNTAS

48. As ações de SAN estão vinculadas a qual secretaria municipal?
49. O município possui Lei Municipal que trate de Política de Segurança Alimentar e Nutricional?
50. O município possui Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan municipal) ou órgão similar?
 - 50.1. Qual é a atual situação da câmara ou instância governamental de articulação intersetorial dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional (Caisan municipal ou instância afim)?
 - 50.2. Quais áreas do governo estão representadas nessa Câmara ou instância?
51. O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea?
 - 51.1 Qual é a atual situação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional?
 - 51.2 No último ano, foi realizada Conferência Municipal de SAN?
52. O município possui Plano de Segurança Alimentar e Nutricional vigente?
 - 52.1. O Plano Municipal de SAN vigente foi elaborado de maneira intersetorial
 - 52.2. O município monitora o seu Plano Municipal de SAN?
53. Há recursos previstos no orçamento municipal para o financiamento de ações de SAN (não considerar ações cujo recurso consta apenas como contrapartida a recursos estaduais ou federais)?
54. Quais ações de Segurança Alimentar e Nutricional são desenvolvidas no município?
55. O município recebe recursos do orçamento estadual para realização das ações de SAN?
56. O município possui Fundo Municipal de SAN ativo?

INDICADOR MANEJO MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PERGUNTA

57. O município possui Plano de Mitigação ou Adaptação Climática?
 - 57.1. O Plano inclui ações de Segurança Alimentar e Nutricional?


O PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DO QUESTIONÁRIO É MUITO IMPORTANTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO E PARA O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NA ESTRATÉGIA. NÓS FICAMOS MUITO FELIZES POR CONTAR COM A SUA CONTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO.

MUITO OBRIGADA!


6



Apêndice 4 - Endereço dos locais de Funcionamento dos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios.



Endereços Estratégia Alimenta Cidades

[Mudar de conta](#)  Envie novamente para salvar.

* Indica uma pergunta obrigatória

Enviar por e-mail *

Registrar resposta como o e-mail a ser incluído na minha

Listas de Municípios *

Marque aqui o seu município

Salvador ▼

[Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Does this form look suspicious? [Relatório](#)

Apêndice 5 - Planilha de indicadores da Estratégia Alimenta Cidades

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios que possuem feiras livres convencionais nos municípios	Há feiras livres convencionais no município?	Eixo I
Média de feiras livres convencionais no município	Quantas feiras livres convencionais existem no município?	Eixo I
Percentual de municípios que possuem feiras que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica	Há Feiras Livres no município que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?	Eixo I
Média de feiras nos municípios que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica	Quantas Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica existem no município?	Eixo I
Percentual de municípios que disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres Convencionais	O Município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres convencionais?	Eixo I
Percentual de municípios que disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica	O Município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica? Se sim, que tipo de suporte é realizado pelo município?	Eixo I
Percentual de municípios que mantém em funcionamento Mercados Públicos ou Populares	A prefeitura municipal mantém em funcionamento Mercados Públicos ou Populares?	Eixo I
Média de Mercados Públicos ou Populares nos municípios	Quantos Mercados Públicos ou Populares existem no município?	Eixo I
Percentual de municípios que subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares	O município subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares?	Eixo I
Percentual de municípios que mantém em funcionamento Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas	A prefeitura municipal mantém em funcionamento Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas?	Eixo I
Percentual de municípios que subsidia o preço dos alimentos em algum sacolão público ou quitanda pública	O município subsidia o preço dos alimentos em algum sacolão público ou quitanda pública?	Eixo I
Percentual de municípios que possuem Cozinhas Comunitárias	Há uma ou mais Cozinhas Comunitárias de iniciativa do Poder Público no município?	Eixo I
Média de Cozinhas Comunitárias nos municípios	Quantas Cozinhas Comunitárias existem no município?	Eixo I
Percentual de municípios que possuem Cozinhas Solidárias/Populares	Há uma ou mais Cozinhas Solidárias/Populares de iniciativa da Sociedade Civil no município?	Eixo I
Média de Cozinhas Solidárias/Populares nos municípios	Quantas Cozinhas Solidárias/Populares existem no município?	Eixo I
Percentual de municípios que possuem Restaurantes Populares	Há um ou mais Restaurantes Populares no município?	Eixo I
Média de Restaurantes Populares nos municípios	Quantos Restaurantes Populares existem no município?	Eixo I
Percentual de municípios que possuem outros Equipamentos Públicos de Distribuição e Comercialização de Alimentos em funcionamento	Há outros Equipamentos Públicos de Distribuição e Comercialização de Alimentos em funcionamento no município?	Eixo I

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de restaurantes populares que apresentam preços diferenciados para grupos sociais específicos	Os restaurantes populares apresentam preços diferenciados para grupos sociais específicos?	Eixo I
Percentual de municípios que apresenta de fluxo de trabalho ou parceria estabelecido para atendimento dos usuários da rede direta ou indireta da assistência social nos restaurantes populares/cozinhas comunitárias	O município apresenta fluxo de trabalho ou parceria estabelecido para atendimento dos usuários da rede direta ou indireta da assistência social nos restaurantes populares/cozinhas comunitárias?	Eixo I
Percentual de Municípios que desenvolvem alguma política ou ação de SAN voltada para pessoas em situação de rua	O Município desenvolve alguma política ou ação de SAN voltada para pessoas em situação de rua?	Eixo I
Percentual de municípios que fazem doações de alimentos ou concede benefício na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou oferece pecúnia diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional	O Município faz doações de alimentos ou concede benefício na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou oferece pecúnia diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional?	Eixo I
Percentual de municípios que possuem centrais de abastecimento, Ceasas ou entrepostos	No município há manutenção de centrais de abastecimento, Ceasas ou entrepostos?	Eixo II
Percentual de municípios que possuem centrais de recebimento da agricultura familiar	Há uma ou mais Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar no Município?	Eixo II
Percentual de municípios que possuem regulamentação de ambientes alimentares	O município realiza alguma ação de regulamentação de ambientes alimentares?	Eixo III
Percentual de municípios que possuem lei que regulamenta a comercialização de alimentos no ambiente escolar	O município possui alguma lei que regulamenta a comercialização de alimentos no ambiente escolar?	Eixo III
Percentual de municípios que proíbem a venda de alimentos ultraprocessados no ambiente escolar	O município proíbe a venda de alimentos ultraprocessados no ambiente escolar?	Eixo III
Média do escore de avaliação das leis que regulamentam o ambiente escolar no município	Qual o escore de avaliação das leis que regulamentam o ambiente escolar do município?	Eixo III
Percentual de estados que possuem lei que regulamenta a comercialização de alimentos no ambiente escolar	O estado possui alguma lei que regulamenta a comercialização de alimentos no ambiente escolar?	Eixo III
Percentual de estados que proíbem a venda de alimentos ultraprocessados no ambiente escolar	O estado proíbe a venda de alimentos ultraprocessados no ambiente escolar?	Eixo III
Média do escore de avaliação das leis que regulamentam o ambiente escolar no estado	Qual o escore de avaliação das leis que regulamentam o ambiente escolar do estado?	Eixo III
Percentual de municípios que possuem fomento e incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica	O Município promove atividades de fomento e incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica?	Eixo IV
Percentual de municípios que promovem atividades de capacitação à produção de base agroecológica	O Município promove atividades de capacitação à produção de base agroecológica?	Eixo IV

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios que possuem ações intersetoriais desenvolvidas para viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar	O município desenvolve ações intersetoriais para viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar?	Eixo IV
Percentual de municípios que possuem aquisição institucional de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	No Município há aquisição institucional de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA?	Eixo IV
Percentual de municípios que possuem política municipal que incentiva/apoia a agricultura urbana	O município possui política municipal que incentiva/apoia a agricultura urbana?	Eixo IV
Percentual de municípios que desenvolvem ações de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares ou povos e comunidades tradicionais	No município são desenvolvidas ações de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares ou povos e comunidades tradicionais?	Eixo IV
Número de Serviços de Saúde no município que possuem hortas	Qual o número total de Serviços de Saúde no município que possuem hortas?	Eixo IV
Número de Centros de Referências de Assistência Social no município que possuem hortas	Quantas hortas são vinculadas à Rede Socioassistencial do município?	Eixo IV
Percentual de municípios com hortas comunitárias	No Município há uma ou mais hortas comunitárias?	Eixo IV
Percentual de municípios que possuem banco de alimentos	Existe Banco de Alimentos em sua cidade?	Eixo V
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é o Programa Alimenta Brasil	O município tem como fonte de doações de alimentos do banco de alimentos o Programa Alimenta Brasil?	Eixo V
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é a Rede varejista	O município tem como fonte de doações de alimentos do banco de alimentos a Rede varejista?	Eixo V
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é a Indústria	O município tem como fonte de doações de alimentos do banco de alimentos a Indústria?	Eixo V
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos são os CEASAs	O município tem como fonte de doações de alimentos do banco de alimentos os CEASAs?	Eixo V
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	O município tem como fonte de doações de alimentos do banco de alimentos o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)?	Eixo V
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos inclui outras procedências	O município tem como fonte de doações de alimentos do banco de alimentos outras procedências?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Direto para o cidadão	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos o cidadão (Direto)?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades Escolares	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos as Unidades Escolares?	Eixo V

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Centros de Referências da Assistência Social	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos os Centros de Referências da Assistência Social?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Centros de Referência Especializados em População de Rua	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos os Centros de Referência Especializados em População de Rua?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades de Acolhimento Institucional	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos as Unidades de Acolhimento Institucional?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos as Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos as Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Associações beneficentes	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos as Associações beneficentes?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades de Atendimento para pessoas com Deficiência	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos as Unidades de Atendimento para pessoas com Deficiência?	Eixo V
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil	O município tem como beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil?	Eixo V
Percentual de municípios que possuem recurso municipal para gestão, custeio ou manutenção dos bancos de alimentos	No município há previsão de recurso municipal para gestão, custeio ou manutenção dos bancos de alimentos?	Eixo V
Percentual de municípios que possuem outras ações relacionadas à perdas e desperdícios de alimentos	No município há outras ações relacionadas à redução de perdas e desperdícios de alimentos?	Eixo V
Percentual de municípios que realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	O município realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)?	Eixo VI

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios que realiza ações de EAN nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN)	São realizadas ações de EAN nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) no município?	Eixo VI
Percentual de municípios que realiza ações de EAN na rede direta da Assistência Social	As ações de EAN são realizadas na rede direta da Assistência Social do município?	Eixo VI
Percentual de municípios que realiza ações de EAN na rede indireta da Assistência Social, nas entidades conveniadas	As ações de EAN são realizadas na rede indireta da Assistência Social, nas entidades conveniadas do município?	Eixo VI
Percentual de municípios que realiza ações de EAN no ambiente escolar	São realizadas ações de EAN no ambiente escolar no município?	Eixo VI
Percentual de municípios que realiza ações de EAN nos serviços de saúde da atenção básica	São realizadas ações de EAN nos serviços de saúde da atenção básica no município?	Eixo VI
As ações de EAN são concebidas em articulação com diversos setores governamentais de maneira intersetorial? (por exemplo, educação, saúde, assistência social etc.)	As ações de EAN são concebidas em articulação com diversos setores governamentais de maneira intersetorial no município? (por exemplo, educação, saúde, assistência social etc.)	Eixo VI
Percentual de municípios que realiza campanhas de comunicação sobre alimentação saudável	O município realiza campanhas de comunicação sobre alimentação saudável?	Eixo VI
Percentual de municípios que realiza ações de promoção da alimentação adequada e saudável voltado para a juventude	O município realiza ações de promoção da alimentação adequada e saudável voltado para a juventude?	Eixo VI
Percentual de municípios que realiza capacitações sobre alimentação adequada e saudável para os profissionais da assistência social, da segurança alimentar e nutricional, da saúde e/ou da educação	O município realiza capacitações sobre alimentação adequada e saudável para os profissionais da assistência social, da segurança alimentar e nutricional, da saúde e/ou da educação?	Eixo VI
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional	No município há o estabelecimento de uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?	Eixo VII
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Assistência Social	Existe uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Assistência Social no município?	Eixo VII
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Saúde	Existe uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Saúde no município?	Eixo VII
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito do SISA	Existe uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito do SISA no município?	Eixo VII

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios que possuem protocolos e fluxos de cuidado integrado entre a rede de assistência social, de saúde e de segurança alimentar e nutricional para o acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional	No município há o estabelecimento de protocolos e fluxos de cuidado integrado entre a rede de assistência social, de saúde e de segurança alimentar e nutricional para o acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?	Eixo VII
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Agricultura e/ou Agropecuária	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Agricultura e/ou Agropecuária?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Educação	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Educação?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Saúde	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Saúde?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Abastecimento	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Abastecimento?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho ou Empreendedorismo	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho ou Empreendedorismo?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Direitos Humanos	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Direitos Humanos?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais?	Gestão e Governança

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Pesca e Aquicultura	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Pesca e Aquicultura?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Trabalho	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Trabalho?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Indústria e Comércio	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Indústria e Comércio?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Setor de Obras e Infraestrutura	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Setor de Obras e Infraestrutura?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Turismo	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Turismo?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Ciência e Tecnologia	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui a Secretaria de Ciência e Tecnologia?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui outras secretarias	A secretaria ou órgão municipal ao qual a política de SAN do município está vinculada inclui outras secretarias?	Gestão e Governança
Percentual de municípios segundo situação da adesão ao Sisan	O município aderiu ao Sisan?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que possuem Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	O Município possui Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que possuem Caisan municipal ou órgão similar	O Município possui Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan municipal) ou órgão similar?	Gestão e Governança
Percentual de municípios segundo situação da Caisan municipal ou órgão similar	Qual é a atual situação da câmara ou instância governamental de articulação intersetorial dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional (Caisan municipal ou instância afim) no município?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Agricultura e/ou Agropecuária	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Agricultura e/ou Agropecuária?	Gestão e Governança

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Educação	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Educação?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Saúde	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Saúde?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Abastecimento	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Abastecimento?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho ou Empreendedorismo	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho ou Empreendedorismo?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Direitos Humanos	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Direitos Humanos?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Pesca e Aquicultura	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Pesca e Aquicultura?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Trabalho	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Trabalho?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Indústria e Comércio	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Indústria e Comércio?	Gestão e Governança

LABEL ORIGINAL	LABEL FILTRO MUNICÍPIO ÚNICO	EIXO
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Setor de Obras e Infraestrutura	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Setor de Obras e Infraestrutura?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Turismo	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Turismo?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Ciência e Tecnologia	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Ciência e Tecnologia?	Gestão e Governança
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem outras secretarias	As áreas do governo representadas na Caisan municipal ou órgão similar incluem outras secretarias?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que possuem Comsea	O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea?	Gestão e Governança
Percentual de municípios segundo situação do Comsea	Qual é a atual situação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que realizaram Conferência Municipal de SAN no último ano	No último ano foi realizado Conferência Municipal de SAN?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que possuem Plano Municipal de SAN vigente	O Município possui Plano de Segurança Alimentar e Nutricional vigente?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que monitora o seu Plano Municipal de SAN	O município monitora o seu Plano Municipal de SAN?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que financiam ações de SAN com recursos do orçamento municipal	Há recursos previstos no orçamento municipal para o financiamento de ações de SAN (não considerar ações cujo recurso consta apenas como contrapartida a recursos estaduais ou federais)?	Gestão e Governança
Percentual de municípios que possuem Plano de Mitigação ou Adaptação Climática	O município possui Plano de Mitigação ou Adaptação Climática?	Indicador manejo mudanças climáticas
Percentual de municípios que incluiu ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Plano de Mitigação ou Adaptação Climática	O Plano inclui ações de Segurança Alimentar e Nutricional?	Indicador manejo mudanças climáticas

Apêndice 6 - Informações detalhadas dos municípios participantes do I Ciclo da Estratégia Alimenta Cidades

Perguntas Eixo 1	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem feiras livres convencionais (%)	60	96,7	12,1	29,3	15,5	32,8	10,3
Média de feiras livres convencionais no município (média, IC95%)	59	45,7 (13,3-78,1)	13,0 (2,3-23,7)	13,4 (5,3-21,6)	37,7 (20,3-55,0)	98,2 (-4,3-200,7)	40,7 (13,1-68,2)
Percentual de municípios que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica (%)	59	71,2	9,5	28,6	21,4	33,3	7,2
Média de feiras nos municípios que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica (média, IC95%)	57	4,9 (2,0-7,8)	0,9 (0,2-1,6)	4,6 (-2,4-11,7)	4,2 (1,3-7,2)	5,7 (1,7-9,7)	9,5 (-5,8-24,8)
Percentual de municípios que disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres Convencionais (%)	59	93,2	12,7	27,3	16,4	32,7	10,9
Percentual de municípios que disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica (%)	47	76,6	11,1	25	25	30,6	8,3
Percentual de municípios que mantém em funcionamento Mercados Públicos ou Populares (%)	60	78,3	14,9	38,3	14,9	23,4	8,5
Média de Mercados Públicos ou Populares nos municípios (média, IC95%)	60	4,6 (2,7-6,6)	4,9 (0,6-9,2)	8,6 (4,6-12,5)	5,1 (-3,1-13,4)	1,3 (0,2-2,5)	2,0 (-0,1-4,1)
Percentual de municípios que subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares (%)	48	16,7	25	12,5	37,5	25	0
Percentual de municípios que mantém em funcionamento Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas (%)	59	8,5	0	0	60	40	0
Percentual de municípios que subsidia o preço dos alimentos em algum sacolão público ou quitanda pública (%)	24	16,7	-	-	50	50	-

Perguntas Eixo 1	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem Cozinhas Comunitárias (%)	60	21,7	15,4	46,1	7,7	30,8	0
Média de Cozinhas Comunitárias nos municípios (média, IC95%)	13	10,1 (-1,1-21,2)	5,5 (4,4-6,6)	1,8 (0,0-3,7)	4*	26,3 (-5,5-58,0)	-
Percentual de municípios que possuem Cozinhas Solidárias/Populares (%)	60	73,3	15,9	27,3	20,4	29,6	6,8
Média de Cozinhas Solidárias/Populares nos municípios (média, IC95%)	44	21,2 (5,2-37,2)	5,0 (1,7-8,4)	13,0 (3,5-22,5)	13,7 (-2,9-30,3)	46,0 (-4,8-96,8)	7,3 (-1,7-16,4)
Percentual de municípios que possuem Restaurantes Populares (%)	60	75	11,1	24,4	17,8	35,6	11,1
Média de Restaurantes Populares nos municípios (média, IC95%)	45	3,5 (2,1-5,0)	5,2 (-3,3-13,7)	3,0 (0,7-5,3)	2,6 (1,2-4,1)	2,2 (1,6-2,8)	8,6 (0,7-16,5)
Percentual de municípios que possuem outros Equipamentos Públicos de Distribuição e Comercialização de Alimentos em funcionamento (%)	37	62,16	17,4	26,1	8,7	34,8	13
Percentual de restaurantes populares que apresentam preços diferenciados para grupos sociais específicos (%)	45	31,1	0	7,1	35,7	42,9	14,3
Percentual de municípios que apresenta de fluxo de trabalho ou parceria estabelecido para atendimento dos usuários da rede direta ou indireta da assistência social nos restaurantes populares/cozinhas comunitárias (%)	60	40	8,3	37,5	25	25	4,2
Percentual de Municípios que desenvolvem alguma política ou ação de SAN voltada para pessoas em situação de rua (%)	60	83,3	12	32	16	30	10
Percentual de municípios que fazem doações de alimentos ou concede benefício na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou oferece pecúnia diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional (%)	59	88,1	9,6	28,9	17,3	32,7	11,5

IC95%: Intervalo de Confiança de 95%. Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo 2	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem centrais de abastecimento, Ceasas ou entrepostos (%)	60	50	10	30	16,7	26,6	16,7
Percentual de municípios que possuem centrais de recebimento da agricultura familiar (%)	60	33,3	20	30	15	20	15

Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo 3	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem lei que regulamenta a comercialização de alimentos no ambiente escolar (%)	60	45	7,4	22,2	18,5	37,1	14,8
Média do escore de avaliação das leis que regulamentam o ambiente escolar no município (média, IC95%)	27	5,0 (4,0-6,0)	6,5 (-0,7-13,7)	3,7 (2,7-4,7)	4,6 (2,8-6,4)	5,0 (3,2-6,8)	6,5 (3,3-9,7)
Percentual de estados que possuem lei que regulamenta a comercialização de alimentos no ambiente escolar (%)*	-	85,2	12,8	28,2	18	18	23
Média do escore de avaliação das leis que regulamentam o ambiente escolar no estado (média, IC95%)*	-	5,0 (4,0-6,1)	4,2 (2,1-6,3)	4,3 (2,9-5,6)	6,3 (2,5-10,2)	5,8 (2,9-8,6)	6,3 (2,1-10,5)

*23 estados com medidas regulatórias. IC95%: Intervalo de Confiança de 95%. Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo 4	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem fomento e incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica (%)	60	75	11,1	31,1	17,8	33,3	6,7
Percentual de municípios que promovem atividades de capacitação à produção de base agroecológica (%)	60	68,3	12,2	36,6	14,6	31,7	4,9
Percentual de municípios que possuem ações intersetoriais desenvolvidas para viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar (%)	60	60	13,9	30,6	16,6	30,6	8,3
Percentual de municípios que possuem aquisição institucional de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA (%)	51	56,9	20,7	20,7	24,1	24,1	10,4
Percentual de municípios que possuem política municipal que incentiva/apoia a agricultura urbana (%)	59	57,6	14,7	23,5	20,6	32,4	8,8
Percentual de municípios que desenvolvem ações de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares ou povos e comunidades tradicionais (%)	60	60	16,7	30,5	16,7	25	11,1
Número de Serviços de Saúde no município que possuem hortas (média, IC95%)	55	8,2 (1,3-15,1)	2,0 (-0,4-4,4)	1,5 (0,2-2,8)	7,8 (0,2-15,3)	17,9 (-2,2-38,1)	4,2 (-4,2-12,6)
Número de Centros de Referências de Assistência Social no município que possuem hortas (média, IC95%)	55	4,2 (1,3-7,2)	0,6 (-0,6-1,7)	2,2 (0,5-4,0)	6,1 (0,8-11,5)	3,1 (0,5-5,7)	16,2 (-13,3-45,7)
Percentual de municípios com hortas comunitárias (%)	54	74,1	10	20	22,5	35	12,5

IC95%: Intervalo de Confiança de 95%. Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo 5	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem banco de alimentos (%)	60	55	6	27,3	9,1	45,5	12,1
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é o Programa Alimenta Brasil (%)	33	12,1	0	25	25	50	0
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é a Rede varejista (%)	33	78,8	3,9	11,5	11,5	57,7	15,4
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é a Indústria (%)	33	42,4	7,1	7,1	21,5	50	14,3
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos são os CEASAs (%)	33	51,5	0	23,5	5,9	47,1	23,5
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (%)	33	42,4	7,1	21,5	14,3	35,7	21,4
Percentual de municípios cuja fonte de doações de alimentos do banco de alimentos inclui Outras procedências (%)	33	78,8	7,7	27	11,5	42,3	11,5
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Direto para o cidadão (%)	32	31,2	0	0	10	60	30
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades Escolares (%)	32	21,9	14,3	42,8	14,3	14,3	14,3
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Centros de Referências da Assistência Social (%)	32	43,8	14,3	14,3	14,3	35,7	21,4
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Centros de Referência Especializados em População de Rua (%)	32	40,6	0	15,4	15,4	46,2	23

Perguntas Eixo 5	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades de Acolhimento Institucional (%)	32	59,4	5,3	5,3	15,8	52,6	21
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS (%)	32	56,3	0	11,1	16,7	55,5	16,7
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social (%)	32	31,3	10	10	20	60	0
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (%)	32	28,1	11,1	11,1	33,3	44,5	0
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Associações beneficentess (%)	32	65,6	4,8	19	14,3	42,9	19
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Unidades de Atendimento para pessoas com Deficiência (%)	32	46,9	0	13,3	20	46,7	20
Percentual de municípios cujos beneficiários de doações de alimentos do banco de alimentos incluem Outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil (%)	32	59,4	0	31,6	10,5	42,1	15,8
Percentual de municípios que possuem recurso municipal para gestão, custeio ou manutenção dos bancos de alimentos (%)	34	73,5	8	16	8	52	16
Percentual de municípios que possuem outras ações relacionadas à perdas e desperdícios de alimentos (%)	59	45,8	7,4	18,5	14,8	44,5	14,8

Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo 6	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (%)	60	96,7	12,1	31	15,6	31	10,3
Percentual de municípios que realiza ações de EAN nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) (%)	60	53,3	9,4	25	18,8	40,6	6,2
Percentual de municípios que realiza ações de EAN na rede direta da Assistência Social (%)	60	73,3	9,1	34,1	15,9	29,5	11,4
Percentual de municípios que realiza ações de EAN na rede indireta da Assistência Social, nas entidades conveniadas (%)	60	46,7	7,1	35,7	10,8	39,3	7,1
Percentual de municípios que realiza ações de EAN no ambiente escolar (%)	60	86,7	11,5	27	17,3	32,7	11,5
Percentual de municípios que realiza ações de EAN nos serviços de saúde da atenção básica (%)	60	73,3	11,4	25	20,4	34,1	9,1
As ações de EAN são concebidas em articulação com diversos setores governamentais de maneira intersetorial? (por exemplo, educação, saúde, assistência social etc.) (%)	56	82,1	13	24	13	37	13
Percentual de municípios que realiza campanhas de comunicação sobre alimentação saudável (%)	60	60	16,7	30,6	11,1	33,3	8,3
Percentual de municípios que realiza ações de promoção da alimentação adequada e saudável voltado para a juventude (%)	59	66,1	12,8	35,9	15,4	28,2	7,7
Percentual de municípios que realiza capacitações sobre alimentação adequada e saudável para os profissionais da assistência social, da segurança alimentar e nutricional, da saúde e/ou da educação (%)	60	81,7	12,2	30,6	14,3	34,7	8,2

Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo 7	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional (%)	59	61	11,1	30,6	8,3	36,1	13,9
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Assistência Social (%)	60	50	10	36,7	6,7	30	16,6
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Saúde (%)	60	46,7	14,3	32,2	7,1	39,3	7,1
Percentual de municípios que possuem uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito do SISAN (%)	60	13,3	12,5	37,5	0	50	0
Percentual de municípios que possuem protocolos e fluxos de cuidado integrado entre a rede de assistência social, de saúde e de segurança alimentar e nutricional para o acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional (%)	59	45,8	11,1	40,8	11,1	25,9	11,1

Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo Gestão e Governança	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar) (%)	59	72,9	16,3	37,2	9,3	25,6	11,6
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Agricultura e/ou Agropecuária (%)	59	11,9	14,2	0	42,9	42,9	0
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Educação (%)	59	13,6	37,5	37,5	12,5	0	12,5
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Saúde (%)	59	28,8	11,8	35,3	11,8	35,3	5,8
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural (%)	59	1,7	0	100	0	0	0
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Abastecimento (%)	59	13,6	12,5	0	37,5	50	0
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho ou Empreendedorismo (%)	59	8,5	20	0	20	20	40
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (%)	59	3,4	0	50	0	0	50
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (%)	59	5,1	33,3	33,3	0	33,4	0

Perguntas Eixo Gestão e Governança	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Direitos Humanos (%)	59	18,6	9,1	54,5	0	18,2	18,2
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais (%)	59	100	13,6	30,5	15,2	30,5	10,2
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Pesca e Aquicultura (%)	59	1,69	100	0	0	0	0
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Trabalho (%)	59	18,6	27,3	18,2	9	27,3	18,2
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Indústria e Comércio (%)	59	100	13,6	30,5	15,2	30,5	10,2
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Setor de Obras e Infraestrutura (%)	59	100	13,6	30,5	15,2	30,5	10,2
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Turismo (%)	59	100	13,6	30,5	15,2	30,5	10,2
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui a Secretaria de Ciência e Tecnologia (%)	59	100	13,6	30,5	15,2	30,5	10,2
Percentual de municípios cujo órgão municipal ao qual a política de SAN está vinculada inclui outras secretarias (%)	59	6,8	25	0	25	25	25
Percentual de municípios aderidos ao Sisan (%)	60	80	14,6	29,2	18,7	33,3	4,2
Percentual de municípios que possuem Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (%)	60	73,3	13,6	27,3	18,2	31,8	9,1

Perguntas Eixo Gestão e Governança	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem Caisan municipal ou órgão similar (%)	60	80	12,5	27,1	18,8	35,4	6,2
Percentual de municípios com Caisan municipal ou órgão similar ativo (%)	48	81,3	11,1	44,5	0	33,3	11,1
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar) (%)	37	100	10,8	24,3	24,3	35,2	5,4
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Agricultura e/ou Agropecuária (%)	37	35,1	23,1	23,1	30,7	15,4	7,7
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Educação (%)	37	94,6	11,4	25,7	25,7	31,5	5,7
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Saúde (%)	37	100	10,8	24,3	24,3	35,2	5,4
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural (%)	37	8,1	0	66,7	0	0	33,3
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Abastecimento (%)	37	13,5	20	20	40	0	20
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho ou Empreendedorismo (%)	37	62,2	4,4	21,7	26,1	39,1	8,7
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (%)	37	24,3	0	55,6	22,2	22,2	0

Perguntas Eixo Gestão e Governança	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (%)	37	70,3	7,7	15,4	23,1	50	3,8
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Direitos Humanos (%)	37	37,8	0	28,6	21,4	42,9	7,1
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais (%)	37	100	10,8	24,3	24,3	35,2	5,4
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Pesca e Aquicultura (%)	37	2,7	0	100	0	0	0
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Trabalho (%)	37	73	7,4	18,5	25,9	40,8	7,4
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Indústria e Comércio (%)	37	5,4	0	0	0	100	0
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Setor de Obras e Infraestrutura (%)	37	18,9	14,2	28,6	28,6	28,6	0
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Turismo (%)	37	10,8	0	25	25	50	0
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem a Secretaria de Ciência e Tecnologia (%)	37	16,2	0	16,7	33,3	50	0

Perguntas Eixo Gestão e Governança	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios cujos órgãos municipais representados na Caisan municipal ou órgão similar incluem outras secretarias (%)	37	75,7	7,1	25	28,6	32,2	7,1
Percentual de municípios que possuem Comsea (%)	48	97,9	12,8	25,5	19,2	36,1	6,4
Percentual de municípios com Comsea ativo (%)	46	91,3	25	25	0	50	0
Percentual de municípios que realizaram Conferência Municipal de SAN no último ano (%)	45	86,7	10,3	25,6	20,5	35,9	7,7
Percentual de municípios que possuem Plano Municipal de SAN vigente (%)	60	28,3	0	17,6	35,3	41,2	5,9
Percentual de municípios que monitora o seu Plano Municipal de SAN (%)	17	94,1	-	12,5	37,5	43,8	6,2
Percentual de municípios que financiam ações de SAN com recursos do orçamento municipal (%)	60	71,7	7	34,9	20,9	27,9	9,3

Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Perguntas Eixo Mitigação Climática	Número de municípios respondentes	Total (%)	Região (%)				
			Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Percentual de municípios que possuem Plano de Mitigação ou Adaptação Climática (%)	60	30	16,6	22,2	5,6	50	5,6
Percentual de municípios que incluiu ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Plano de Mitigação ou Adaptação Climática (%)	60	20	8,3	25	8,3	58,4	0

Norte: 8 municípios. Nordeste: 18 municípios. Sul: 9 municípios. Sudeste: 19 municípios. Centro-Oeste: 6 municípios.

Anexos

Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente da entrevista de diagnóstico situacional do projeto de pesquisa “Estratégias de implementação e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil”. O projeto foi elaborado pela **Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)**, sob a coordenação da Professora Larissa Loures Mendes e tem como objetivo fomentar estratégias de segurança alimentar e nutricional para o desenvolvimento de programas, estratégias e ações inseridos no âmbito do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (DESAU) da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS).

Essas entrevistas estão sendo realizadas com apoiadores municipais (pontos focais) das cidades que participarão da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades e possuem como objetivo avaliar a estratégia na linha de base, após 12 meses, e após 24 meses da sua implementação. Ressalta-se que todo processo será realizado de forma virtual, não havendo etapa presencial. O tempo estimado para cada entrevista é de aproximadamente 60 minutos.

Os pesquisadores do projeto se comprometem com o sigilo, a privacidade e a confidencialidade das informações fornecidas e afirmam que não farão uso destas informações para outras finalidades, protegendo-o de eventuais questões éticas que possam surgir. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem liberdade para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem que isso traga prejuízo. Os riscos decorrentes de sua participação referem-se ao sigilo da identificação e ao risco de constrangimento, caso algum ponto de discussão ou fala da entrevista assim se configure para você. Além disso, você não terá nenhuma despesa e nenhum benefício financeiro.

Em virtude de o processo ocorrer de forma remota, o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE será enviado por e-mail antes da realização da entrevista. O apoiador local só participará da entrevista após o aceite do TCLE.

Os dados coletados serão armazenados no Google Drive vinculada a conta da professora Larissa Loures Mendes, que ficará responsável pelo armazenamento dos dados por um período de 5 anos.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o (a) senhor(a) poderá buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.



Reforçamos ainda que o benefício principal com os resultados do estudo que o senhor (a) irá colaborar é **apoiar o fortalecimento de políticas públicas que promovam a segurança alimentar e nutricional**. Os benefícios diretos deste estudo dizem respeito à avaliação da implementação da Estratégia Nacional de Alimentação Saudável nas Cidades. Quanto aos benefícios indiretos, estes dizem respeito ao alcance das metas da política de Segurança Alimentar e Nutricional nas cidades, que é uma das iniciativas para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O senhor (a) irá receber uma via deste TCLE e se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para Larissa Loures Mendes, no telefone (31) 3409-8038 ou através do e-mail larissa.mendesloures@gmail.com. No caso de dúvidas de aspecto ético você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelo telefone (31) 3409-4592 ou pelo e-mail coep@prpq.ufmg.br, horário de atendimento de 09:00hs às 11:00hs e de 14:00hs às 16:00hs, de segunda a sexta-feira. O COEP se localiza na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901, Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005.

Acredito ter sido informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim sobre a pesquisa "Estratégias de implementação e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil". Ficaram claros para mim quais são os objetivos do estudo, informações que serão coletadas, seus riscos e desconfortos. Declaro estar ciente que todas as informações são confidenciais e que eu tenho a garantia de esclarecimento de qualquer dúvida. Dessa forma, concordo voluntariamente em participar da entrevista do projeto de pesquisa "**Estratégias de implementação e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**", sendo que poderei retirar minha autorização a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos.



* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail

Nome completo *

Sua resposta



Município *

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

reCAPTCHA

[Privacidade](#)[Termos](#)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Does this form look suspicious? [Relatório](#)

Google Formulários



https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeet56yGgpx-PkVm_Fok0_IB9_ZW-cbnelYjwwaDZ-zO07xA/viewform

3/4

Anexo 2 - Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estratégias de implementação e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Pesquisador: Larissa Loures Mendes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79173024.3.0000.5149

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Patrocinador Principal: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.854.891

Apresentação do Projeto:

O projeto é um estudo ecológico que propõe realizar um estudo para a avaliação da implementação da Estratégia Nacional de Alimentação Saudável nas Cidades em municípios brasileiros. A hipótese colocada pelos pesquisadores é avaliar se a implementação da Estratégia Nacional de Alimentação Saudável nas Cidades irá contribuir para a redução da insegurança alimentar e nutricional nos municípios selecionados.

Propõe-se incluir todas as 60 cidades selecionadas para compor a Estratégia Nacional Alimentação Saudável nas Cidades (decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023) sendo este o número de gestores que serão entrevistados sobre os programas de segurança alimentar e nutricional dos municípios.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário deste estudo é Avaliar a implementação da Estratégia Nacional de Alimentação Saudável nas Cidades em municípios brasileiros.

Na metodologia é descrito um estudo ecológico do tipo antes e depois com os 60 municípios que irão participar da Estratégia Nacional de Alimentação Saudável nas Cidades. Os indicadores que serão utilizados para avaliar a estratégia na linha de base e após 12 e 24 meses da sua implementação serão construídos pelos pesquisadores e avaliados por

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.854.891

especialistas da SESAN/MDS por meio de um formulário eletrônico enviado por e-mail. No TCLE é descrita a forma que serão coletados os dados por meio de um formulário online e em outro momento por depoimentos gravados em oficinas de escuta com gestores selecionados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Nos TCLE está descrito que os riscos são mínimos e se limitam a desconfortos ao responder as questões e assegura que não se tratará de avaliação do seu trabalho de gestão; explicitam a descontinuidade de participação caso seja a vontade do participante.

Segundo as informações básicas do projeto os benefícios são descritos da seguinte forma: `Fomentar estratégias de segurança alimentar e nutricional para o desenvolvimento de programas e ações inseridas no âmbito do DESAU/SESA/MDS dos municípios participantes. Estimular a participação dos gestores municipais e capacitá-los por meio de oficinas e cursos sobre estratégias de segurança alimentar e nutricional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É apresentado um parecer do Departamento de Nutrição da Escola de Enfermagem onde afirma-se a relevância da pesquisa que envolve vários professores do Departamento e de outra instituição.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de rosto preenchida e assinada.
- 2) Aprovação da Congregação e parecer do Departamento de Nutrição da Escola de Enfermagem
- 3) Instrumentos de coleta de dados e não está presente, porém o conteúdo do formulário está detalhado no projeto completo
- 4) Projeto completo
- 5) Dois modelos de TCLE como carta convite, resguardando a confidencialidade dos dados, o anonimato, o direito à recusa, e desistir do projeto a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Foi informado sobre a metodologia, o objetivo e o armazenamento de 05 anos dos dados, salvaguardando a sua consulta. Esclarece que não haverá qualquer forma de pagamento, mas disponibiliza apoio em caso de gerar algum risco à integridade física, mental ou de qualquer outra natureza ao participante. Consentimento para registro de áudio. Dados do pesquisador e do COEP relatados.

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.854.891

Recomendações:

Modificar as datas do cronograma para início após análise do CEP.

Enviar odelo de ferramenta de coleta de dados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Na condição de se atender as recomendações solicitadas, sou, S.M.J. favorável à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2274260.pdf	18/04/2024 22:20:58		Aceito
Outros	Parecer472023.pdf	18/04/2024 22:20:40	Larissa Loures Mendes	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2274260.pdf	14/03/2024 14:13:11		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_especialistas_.docx	14/03/2024 14:08:10	Larissa Loures Mendes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_especialistas_.docx	14/03/2024 14:08:10	Larissa Loures Mendes	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Oficinasdeescuta_.docx	14/03/2024 14:07:51	Larissa Loures Mendes	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE_Oficinasdeescuta_.docx	14/03/2024	Larissa Loures	Postado

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.854.891

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Oficinasdeescuta_.docx	14:07:51	Mendes	Postado
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_.pdf	14/03/2024 14:06:39	Larissa Loures Mendes	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_.pdf	14/03/2024 14:06:39	Larissa Loures Mendes	Postado
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2274260.pdf	05/03/2024 19:55:22		Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	05/03/2024 19:54:41	Larissa Loures Mendes	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	05/03/2024 19:54:41	Larissa Loures Mendes	Postado
Outros	Documento_financiamento.pdf	23/02/2024 11:19:34	Larissa Loures Mendes	Aceito
Outros	Documento_financiamento.pdf	23/02/2024 11:19:34	Larissa Loures Mendes	Postado
Outros	CongregacaoDecisao_DIR_332023__Projeto_Profa_Larissa.pdf	23/02/2024 11:19:02	Larissa Loures Mendes	Aceito
Outros	CongregacaoDecisao_DIR_332023__Projeto_Profa_Larissa.pdf	23/02/2024 11:19:02	Larissa Loures Mendes	Postado
Outros	Camara_Aprovacao_472023_CD.pdf	23/02/2024 11:18:25	Larissa Loures Mendes	Aceito
Outros	Camara_Aprovacao_472023_CD.pdf	23/02/2024 11:18:25	Larissa Loures Mendes	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Oficinasdeescuta.pdf	23/02/2024 11:16:43	Larissa Loures Mendes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Oficinasdeescuta.pdf	23/02/2024 11:16:43	Larissa Loures Mendes	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_especialistas.pdf	23/02/2024 11:16:28	Larissa Loures Mendes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_especialistas.pdf	23/02/2024 11:16:28	Larissa Loures Mendes	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMDS_230224.pdf	23/02/2024 11:15:50	Larissa Loures Mendes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMDS_230224.pdf	23/02/2024 11:15:50	Larissa Loures Mendes	Postado

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.854.891

Orçamento	Orcamento_.docx	23/02/2024 11:15:38	Larissa Loures Mendes	Aceito
Orçamento	Orcamento_.docx	23/02/2024 11:15:38	Larissa Loures Mendes	Postado
Cronograma	Cronograma_.docx	23/02/2024 09:44:07	Larissa Loures Mendes	Aceito
Cronograma	Cronograma_.docx	23/02/2024 09:44:07	Larissa Loures Mendes	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 28 de Maio de 2024

Assinado por:
Corinne Davis Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br



ALIMENTA CIDADES



MINISTÉRIO DAS
CIDADES

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

